

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**JEAN ADRIANO BARROS DA SILVA**

**A CAPOEIRA NA FORMAÇÃO DA PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA VISUAL:  
DIFICULDADES E PERSPECTIVAS PRESENTES NA AÇÃO  
PEDAGÓGICA**

Salvador  
2008

**JEAN ADRIANO BARROS DA SILVA**

**A CAPOEIRA NA FORMAÇÃO DA PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA VISUAL:  
DIFICULDADES E PERSPECTIVAS PRESENTES NA AÇÃO  
PEDAGÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Sanches Rabello

Salvador  
2008

Biblioteca Anísio Teixeira / Faculdade de Educação - UFBA

S 586	<p>Silva, Jean Adriano Barros da. A capoeira na formação da pessoa com deficiência visual: dificuldades e perspectivas presentes na ação pedagógica / Jean Adriano Barros da Silva. – 2008. 96 f.: il.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Roberto Sanches Rabello Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, 2008.</p> <p>1. Capoeira. 2. Prática pedagógica. 3. Deficientes visuais. I. Rabello, Roberto Sanches. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. III. Título.</p> <p>CDD 796 – 22. ed.</p>
-------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**JEAN ADRIANO BARROS DA SILVA**

**A CAPOEIRA NA FORMAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
VISUAL:  
DIFICULDADES E PERSPECTIVAS PRESENTES NA AÇÃO PEDAGÓGICA**

Dissertação apresentada com exigência do  
Curso de Mestrado da Faculdade de Educação  
da Universidade Federal da Bahia para  
obtenção do Grau de Mestre em Educação.

Data de aprovação: 06 de maio de 2008

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Roberto Sanches Rabello  
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Admilson dos Santos  
Universidade Estadual de Feira de Santana

Prof. Dr. Fernando Reis do Espírito Santos  
Universidade Federal da Bahia

Salvador

2008

A  
Judite, avó querida, por ter me ensinado a acreditar no impossível.  
Aos meus pais, Adriano e Lalá, pela educação de uma vida inteira.  
Ao Mestre Decânio, pela força de vida que me faz seguir e crer em dias melhores.

## AGRADECIMENTOS

A Carolina Magalhães, pelo apoio nas horas difíceis, companhia nas duras reflexões sobre a capoeiragem, e principalmente por todo amor e carinho, as palavras, gestos...

A Fernando Reis, pela amizade, incentivo e colaboração para com este trabalho.

A Admilson Santos, por tudo, mas principalmente, por ter me iniciado, ainda na graduação, nos estudos sobre a Educação Inclusiva.

A Antônio Luis Ferreira Bahia, meu grande mestre na Educação Física, por todo o incentivo e pela parceria na construção do conhecimento de todas as horas.

A Roberto Sanches Rabello, orientador querido, que soube com carinho e delicadeza ser firme numa jornada de espinhos, que por sua vez foram transformados em catalisadores das flores do conhecimento.

Ao Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP / Bahia), por ter oportunizado o desenvolvimento de nosso trabalho de pesquisa em suas dependências.

Aos educandos do Grupo de Capoeira do CAP / BA, pela confiança no trabalho, depoimentos de vida e por aprenderem me ensinando com a generosidade digna dos grandes mestres.

Ao Programa de Pesquisa e Pós-graduação da FAGED / UFBA, pela oportunidade de desenvolvimento da pesquisa.

A todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram com esta produção, o nosso muito obrigado por terem contribuído com o meu crescimento humano e profissional.

Aprender é descobrir que você já sabe.

Fazer é demonstrar que você sabe.

Ensinar é lembrar aos outros que eles sabem

tanto quanto você.

*Richard Bach*



## RESUMO

O presente estudo investiga a capoeira na formação de pessoas com deficiência visual, considerando as dificuldades e perspectivas da ação pedagógica. Este tema, fruto das nossas inquietações como pesquisador, propõe um aprofundamento dos estudos, reconhecendo os desafios educacionais da falta ou baixa utilização do sentido da visão, isso a partir da reflexão sobre alternativas no trato com a capoeira para melhoria de questões que variam desde a mobilidade até as relações interpessoais. Desta forma, estabelecemos como objeto de investigação as práticas pedagógicas na capoeira para as pessoas com deficiência visual e traçamos como metas do trabalho os seguintes objetivos: Analisar as dificuldades e perspectivas da capoeira como elemento da ação pedagógica, enfocando uma relação de ensino – aprendizagem emancipatória para a pessoa com deficiência visual; Sistematizar informações sobre a ação pedagógica da capoeira no CAP - BA, descrevendo e analisando coletivamente seus traços essenciais; Analisar as dificuldades existentes nas proposições em desenvolvimento no trato com o corpo, levantando perspectivas através da geração de um conhecimento descritivo crítico sobre capoeira e deficiência visual, considerando seus movimentos, a musicalidade e as relações interpessoais mediadas pelo “ritual da roda”. Este trabalho traz como opção metodológica o Estudo de Caso, com uma abordagem qualitativa, que tem como característica o fato de ser um estudo de uma entidade bem definida, como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social, conhecendo o seu “como” e os seus “porquês”, evidenciando a sua unidade e identidade própria; sendo assim, a partir desta opção foi possível trazer elementos de análise suficientes para referendar a relevância da capoeiragem no contexto educacional de indivíduos com problemas na visão, descrevendo os traços peculiares dos sujeitos da pesquisa e adotando como instrumentos para coleta de dados a análise de documentos, entrevistas, observação direta e observação participante. A partir dos resultados desta pesquisa, foi possível identificar algumas alternativas educacionais que colaboraram com a melhoria na formação das pessoas envolvidas na investigação, ampliando as condições de mobilidade, percepção sensível do mundo para além da supremacia da visão, melhorando as relações pela dialogicidade e ainda fortalecendo, possivelmente, o exercício da cidadania por uma prática oriunda das culturas populares.

**Palavras-chave:** Capoeira. Formação. Deficiência visual.



## ABSTRACT

The present study it investigates the capoeira in the formation of people with visual deficiency, considering the difficulties and perspectives of the pedagogical action. This subject, fruit of our fidgets as researcher, considers a deepening of the studies, recognizing the educational challenges of the lack or low use of the direction of the vision, this from the reflection on alternatives in the treatment with the capoeira for improvement of questions that vary since mobility ties the interpersonal relations. Of this form, we establish as practical object of inquiry the pedagogical ones in the capoeira for the people with visual deficiency and trace as goals of the work the following objectives: To analyze the difficulties and perspectives of the capoeira as element of the pedagogical action, focusing an education relation - emancipatória learning for the person with visual deficiency; Systemize information on the pedagogical action of the capoeira in CAP - BA, describing and analyzing its essential traces collectively; To analyze the existing difficulties in the proposals in development in the treatment with the body, raising perspective, through the generation of a critical descriptive knowledge on capoeira and visual deficiency, considering its movements, the musicalidade and the interpersonal relations mediated by the "ritual of the wheel". This work brings as metodológica option the Study of Case, with a qualitative boarding, that has as characteristic the fact of being a study of a well defined entity, as a program, an institution, an educative system, a person or a social unit, knowing its "as" and its "reasons", evidencing its unit and proper identity, being thus, to leave of this option was possible to bring elements of analysis enough to authenticate the relevance of the capoeiragem in the educational context of individuals with problems in the vision, being described the peculiar traces of the citizens of the research and adopting as instruments for collect of giving the analysis of documents, interviews, direct comment and participant comment. From the results of this research it was possible to identify some educational alternatives that had collaborated with the improvement in the formation of the involved people in the inquiry, having extended the conditions of mobility, sensible perception of the world for beyond the supremacy of the vision, improving the relations for the dialogicidade and still fortifying, possibly, the exercise of the practical citizenship for one deriving one of the popular cultures.

**Keywords:** Capoeira. Formation. Visual deficiency.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	10
A “LADAINHA” DE MINHA TRAJETÓRIA	10
<b>1 INTRODUÇÃO</b>	12
1.1 POR QUE “COMPRAR ESSE JOGO”?	13
<b>1.1.1 Relevância do estudo</b>	13
1.2 O PROBLEMA DESSA “RODA”	16
1.3 METAS E ESTRATÉGIAS PARA O “JOGO”	17
<b>2 A CAPOEIRA NA EDUCAÇÃO</b>	20
2.1 DESCOBRINDO A CAPOEIRA	20
2.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CAPOEIRA	24
<b>2.2.1 Da luta marginal a uma alternativa educacional</b>	26
<b>3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL</b>	30
3.1 “DEFICIÊNCIA”, ESTIGMAS E SOCIEDADE.	30
3.2 CIDADANIA : OS CAMINHOS DO REAL PARA O IDEAL	33
<b>3.2.1 O percurso histórico da Cidadania</b>	35
<b>3.2.2 A educação para a pessoa com deficiência visual construindo a cidadania</b>	36
3.3 HISTORIA, LEIS E EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL	37
3.4 AMPLIANDO A “VISÃO” SOBRE QUEM NÃO PODE VER	39
<b>3.4.1 A caminhada histórica do pensamento sobre a cegueira</b>	40
<b>3.4.2 Reflexões sobre a pessoa com deficiência visual e a sociedade</b>	41
<b>3.4.3 A perda da visão</b>	45
<b>4 CAPOEIRA E SUAS POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL</b>	47
4.1 DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CAPOEIRA	47
4.2 JOGO, ARTE, LUDICIDADE E EDUCAÇÃO	50
4.3 O “MOVIMENTO” E A CAPOEIRA	53
4.4 A CAPOEIRA E SUA MUSICALIDADE	57
4.5 O RITUAL DA CAPOEIRA E AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS	61
<b>5 METODOLOGIA</b>	65
5.1 TIPO DE PESQUISA	66
5.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	69
<b>5.2.1 Caracterização do local</b>	69

<b>5.2.2</b>	<b>Sujeitos da pesquisa</b>	74
<b>5.2.3</b>	<b>Apresentação das fontes para coleta de dados e análise preliminar</b>	75
<b>5.2.4</b>	<b>Discussão do caso</b>	82
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	88
	<b>REFERÊNCIAS</b>	92

## APRESENTAÇÃO

*Sem a curiosidade que me move,  
que me inquieta,  
que me insere na busca,  
não aprendo nem ensino*  
Paulo Freire

No intuito de delinear nossas motivações para este trabalho, traçaremos um breve relato memorial denotando as implicações do tema da pesquisa com a trajetória educativa que nos envolve até os dias atuais.

### A “LADAINHA” DE MINHA TRAJETÓRIA

Iê Camara...

Como é de costume nas grandes rodas de Capoeira Angola<sup>1</sup>, iniciaremos nosso jogo com a metáfora da *Ladainha*<sup>2</sup> que dessa vez contará um pouco de minha história, que, com certeza, não tem nada de extraordinária. Contudo, faz-se necessário nesse momento, pois, através dela, ficará fácil compreender os motivos e relevância do presente estudo.

Como filho de um pernambucano de família pobre da cidade do Recife e uma carioca da zona periférica do Rio de Janeiro, sou fruto de uma situação de luta pela sobrevivência de duas pessoas que em busca de dias melhores chegaram à Bahia, terra de Mestre Bimba, Pastinha, Waldemar, Traira, Noronha, Caiçara, dentre outros que ajudaram a escrever a história da capoeira e minha também, pois como estudante de uma escola tradicional de Salvador, era submetido a verdadeiras seções de “tortura” durante as aulas de Educação Física, que não conseguiam ir além da calistenia militar ou do desporto de rendimento, não dando muitas chances para um garoto pobre, magro, sem muita coordenação motora, com quase quatro graus de hipermetropia e extremamente tímido. Minha saída então foi trocar essas aulas por um curso de capoeira que era oferecido pela mesma escola, pois na capoeira percebi possibilidades mais flexíveis de participação; tinha música, toques, cantigas, nem sempre vencia o melhor em termos de rendimento físico e ainda respeitava minha individualidade com meus problemas de visão.

---

<sup>1</sup> Angola – Estilo de capoeira desenvolvido por Mestre Pastinha, que apresenta características estruturais mais próximas da herança africana em território brasileiro.

<sup>2</sup> *Ladainha* – Cantiga específica da capoeira Angola, que inicia as rodas deste estilo.

Alguns anos mais tarde, por ironia do destino, me graduei professor de capoeira, talvez por ter encontrado nesta prática os elementos necessários para o desenvolvimento de minha auto-estima, autonomia e criticidade. A partir daí pude vivenciar experiências profissionais, em escolas da rede pública e privada de ensino em Salvador. Inicialmente, no trabalho como estagiário, ministrando aulas de capoeira em projetos sociais, em áreas periféricas de Salvador com atividades voltadas para a criança. Em seguida, iniciei o curso de graduação para Licenciatura em Educação Física –UFBA, que me oportunizou uma série de experiências em atividades com a cultura corporal, dentre estas, quero destacar a pesquisa desenvolvida na área de Educação Especial pela Associação Cultural GUETO, no projeto *Capoeira Especial*, do qual faço parte na condição de coordenador, trabalhando em instituições como: Centro de Educação Especial da Bahia (CEEBA), Instituto de Organização Neurológica da Bahia (ION), Escola Especial Wilson Lins, Instituto de Cegos da Bahia e APAE.

Durante a graduação, tivemos, também, a oportunidade de organizar diversos seminários e palestras envolvendo o estudo da metodologia de ensino da capoeira para pessoas com necessidades educacionais especiais, o que possibilitou colocar em prática o desenvolvimento de algumas estratégias para abordar aspectos da cultura popular de forma adaptada para este público.

Ao concluir a graduação, já tínhamos formado um grupo de estudos envolvendo professores que atuavam em diversas escolas de Educação Especial na área de capoeira, o que fez com que eu me interessasse por um aprofundamento de estudos na Especialização em Metodologia do Ensino da Educação Física Escolar, promovido pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Dando continuidade a esses estudos, venho propor o presente trabalho dissertativo, que tem como área de investigação: *A Capoeira na formação da pessoa com deficiência visual e suas dificuldades e perspectivas, considerando uma prática pedagógica que possa dialogar com a cidadania*<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Sobre Cidadania não reconhecemos uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço, sendo este quando, no Estado democrático de direito, efetivado, oferece aos cidadãos, iguais condições de existência, o gozo atual de direitos e a obrigação do cumprimento de deveres, que, resumidamente, podem ser assim apresentados: exercício de direitos fundamentais e participação; e, os deveres de colaboração e solidariedade.

## 1 INTRODUÇÃO

*O nascimento do pensamento é igual ao nascimento de  
uma criança: Tudo começa com um ato de amor.  
Uma semente há de ser depositada no ventre vazio.  
E a semente do pensamento é o sonho.  
Por isso os educadores, antes de serem especialistas  
em ferramentas do saber, deveriam ser  
especialistas em amor: Interpretes de sonhos.  
Rubem Alves*

O presente estudo dissertativo articula-se como culminância do trabalho de pesquisa, em nível de mestrado, relacionado a capoeira e suas possibilidades educativas para a pessoa com deficiência visual. Para compreendermos as *nuances* e especificidades da pesquisa, traçaremos a seguir um relato sobre os aspectos constitutivos desta investigação.

Procuramos investigar, portanto, as possibilidades da capoeira, enquanto recurso pedagógico de formação, com pessoas portadoras de deficiência visual no Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP-BA)<sup>4</sup>, analisando os conflitos e limites no processo de formação humana para esse público. O estudo também considera as perspectivas de superação das barreiras sociais e físicas a partir do trato com a *Cultura Corporal do Movimento*, na prática da Capoeiragem, partindo de uma análise crítica da realidade atual, articulada com a idéia de aprendizagens que façam parte do contexto de vida da pessoa cega.

Interessa-nos, analisar as possibilidades da capoeira como elemento estruturante de uma prática pedagógica alternativa, que possa dialogar com um projeto de formação humana, desenvolvido no trabalho com a Cultura Corporal para pessoas com deficiência visual, tendo em vista o conceito de cultura corporal defendido por autores da área de Educação Física, que se referem ao desenvolvimento de uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas representativas do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros, que podem ser identificados como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas.

---

<sup>4</sup> A opção pelo **Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP-BA)**, está relacionada ao fato deste se constituir num espaço de referência para o trabalho com portadores de deficiência visual na Bahia.

Essa conquista ou produção humana transformou-se num patrimônio cultural da humanidade. Todos os homens apropriaram-se dela incorporando-a ao comportamento. A postura quadrúpede foi superada através das relações dos homens entre si. Uns aprendendo com os outros e aperfeiçoando as atividades corporais construídas a cada desafio da natureza ou necessidade humana imposta: fome, sede, frio, medo, etc. Por isso se afirma que a materialidade corpórea foi historicamente construída e, portanto, existe uma cultura corporal, resultado de conhecimentos, socialmente produzidos e historicamente acumulados pela humanidade, que necessitam ser retraçados e transmitidos para os alunos na escola.

## 1.2 POR QUE “COMPRAR ESSE JOGO?”?

A expressão “comprar esse jogo” se articula com este momento do trabalho, pois como no universo da capoeira, em que o jogador inicia seu diálogo corporal com o parceiro logo após a “compra do jogo”, será a partir de agora que realmente começaremos o “jogo”, na medida em que dialogaremos com alguns autores para apresentar a relevância de um trabalho como este. Nesse sentido, partiremos de algumas idéias que justificam o presente estudo.

### 1.2.1 Relevância do estudo

Diversos autores entre os quais, Arroyo (1998), Freitas (2000), Enguita (1989) estudam a questão da organização do trabalho pedagógico, questionando a reprodução através das ações de ensino-aprendizagem, dos traços do trabalho em geral na sociedade, que se caracteriza como alienante e alienador. Tal processo de sociabilização se dá em espaços públicos educacionais, bem como nas escolas de Educação Especial, formando indivíduos “adestrados” para um sistema que exclui, na lógica da produtividade, a pessoa com necessidades especiais.

Nesse contexto apresentado acima, queremos analisar as possibilidades de ruptura, a partir da prática da capoeira, pois acreditamos que no seu “ritual” podemos encontrar os elementos para edificação de uma sociedade mais justa, humana e capaz de dialogar com as pessoas cegas e suas necessidades. Para tanto, queremos reconhecer e sistematizar as possibilidades da capoeiragem

no desenvolvimento de estratégias pedagógicas e exercício da cidadania, relacionando o trabalho técnico ao amadurecimento da posição de uma pessoa com deficiência visual para uma atuação mais direta como sujeito ativo de seu tempo.

Para Falcão (2004), um aspecto interessante, presente na prática da capoeira, é a inversão da posição corporal para a consecução da maioria dos golpes e movimentos dessa arte-luta-dança. Trata-se de uma orientação para baixo, para a terra. Uma contestação da ordem social através da inversão da hierarquia corporal dominante. ‘Um mundo de pernas pro ar’, com a primazia dos pés e quadris, mediante os quais a expressão gestual fala mais alto do que por qualquer outra parte do corpo. Assim, a bananeira, o pião, o rabo-de-arraia, a meia-lua-de-compasso, o parafuso, entre muitos outros golpes, fazem do mundo da capoeira um mundo invertido, um mundo às avessas. Nesse mundo invertido, o baixo corporal (pés e quadris) torna-se mais importante que o alto corporal (cabeça, mãos e tronco). A capoeira, como veremos, constitui-se numa estratégia legítima de contestação dos modelos educativos mais “rígidos”, impessoais e de pouca leitura crítica da realidade.

Frigotto (2001), ao questionar as teorias educacionais a partir das relações trabalho-educação, nos alerta para as dificuldades da nossa sociedade de classes com referência à organização da produção da vida. Aponta também para a necessidade de superar os dilemas teóricos através de estudos que coloquem os elementos das atuais práticas pedagógicas e dos processos de sociabilização, na perspectiva de analisar as contradições e identificar as possibilidades superadoras dos atuais conflitos na educação especial.

O ambiente para Educação Especial, em particular, para pessoas com deficiência visual, está repleto de problemas, que surgem desde as questões estruturais até as complexas relações entre os agentes educacionais, sendo assim, acreditamos que pesquisas como esta poderão contribuir com a melhoria desta situação e ainda auxiliar na formulação de alternativas pedagógicas que, possivelmente, darão conta das reais necessidades deste público, a partir do movimento, da música, dos instrumentos, dentre outros recursos utilizados na capoeira.

Para Meszaros (2005), poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Conseqüentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social, no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança.



Milton Santos (1997), em seus estudos sobre territorialidade, nos aponta a relevância das questões sobre a organização das ações pedagógicas na cultura da humanidade. Ao analisar a ontologia da organização, do espaço, ao descrever a terra, seus habitantes, as relações destes entre si e das obras resultantes, Milton Santos analisa a ação humana sobre o planeta, possibilitando um conhecimento para além da natureza, enfocando principalmente o espaço.

Entre as categorias apontadas por Santos (1997), destacamos a afirmação de que para conhecermos a natureza dos espaços, precisamos analisar a técnica, que é a principal forma de relação entre homem e a natureza. Em nossa situação específica, vamos nos ater à capoeira no processo de formação da pessoa cega, ampliando o conceito de “técnica” para algo além do instrumental e sim mais próximo de um método, pois acreditamos que estas se configuram na organização do trabalho pedagógico, a partir de ações humanas para a produção e reprodução da vida, portanto, faz-se necessário focar no presente trabalho as técnicas que orientam as ações na prática da capoeira no espaço pedagógico em escolas de Educação Especial, especificamente tratando do CAP-BA.

A mediação entre o pedagógico e o político se dá também pela técnica, pois esta no ensino se constitui como parte fundamental da organização do trabalho pedagógico. É esta técnica que estaremos questionando. Técnica que aprisiona, que limita, que impossibilita o exercício da cidadania crítica plena.

Para avançar em tal reflexão com portadores de necessidades educacionais especiais é preciso partir da constatação de dados da realidade. O que constatamos é que, cada vez mais se restringem às possibilidades de participação desses indivíduos na sociedade, pois são considerados pelo modo de produção, em sua grande maioria, como “improdutivos”, portanto, “descartáveis”, um verdadeiro fardo social. Nesse sentido, torna-se pertinente investigar as formas de trato pedagógico com a capoeira na Educação Especial, na busca da superação das contradições da vida moderna para a edificação de uma pedagogia social.

Sobre a idéia de pedagogia social, queremos dialogar com o pensamento de Pistrak, que nos traz uma lógica que aponta para a construção de uma escola educadora do “povo”, que transforme a vida escolar numa extensão dinâmica da problematização das questões sociais, vinculando não só seus conteúdos, mas, principalmente, o método de ensino a serviço de uma transformação social que minimize as injustiças sociais e atenda interesses dos “excluídos” e

menos favorecidos, mediante o estímulo da auto-organização dos estudantes, organização do ensino em complexos temáticos e das relações entre escola e trabalho.

Em sua obra, Pistrak (2003) afirma que para transformar a escola, e para colocá-la a serviço da transformação social, não basta transformar os conteúdos nela ensinados. É preciso mudar o jeito da escola, suas práticas e sua estrutura de organização e funcionamento, tornando-a coerente com os novos objetivos de formação de cidadãos, capazes de participar ativamente do processo de construção da nova sociedade.

Os espaços públicos na Educação Especial – tempos, locais e políticas, para aprendizagens sociais significativas, estão cada vez mais restritos e privatizados, e os existentes, cada vez mais precarizados em relação aos aspectos arquitetônicos, de organização e de proposições curriculares, à medida que avançam as políticas neoliberais, o que acarreta na diminuição dos espaços de desenvolvimento da crítica, autonomia e criatividade para práticas educativas em espaços e tempos, para uma formação emancipatória.

Diante desse quadro, procuramos investigar as possibilidades da capoeira para pessoas com deficiência visual, enquanto perspectiva de ruptura para a construção de uma sociedade mais justa, desde a análise de seu “ritual” e símbolos, permeados pela noção de parceria, auto-organização, aprender-fazendo, horizontalização do saber e aprendizado no convívio com as diferenças.

Em seu trabalho, Abib (2005) reforça a idéia acima quando afirma que a capoeira, como tantas outras manifestações da cultura popular, é um rico manancial de humanidade, onde muito se aprende sobre a vida e sobre valores fundamentais para a existência humana como a solidariedade, a igualdade, o respeito às diferenças, o compartilhar, o respeito à natureza, a cooperação, o equilíbrio, a humildade, a parceria, entre tantos outros ensinamentos que a sabedoria do nosso povo vem cultivando, preservando e transmitindo de geração em geração ao longo da história do nosso país, resistindo e lutando por manter vivas suas tradições, legado maior de uma ancestralidade que rege suas formas de ser e estar no mundo.

### 1.3 O PROBLEMA DESSA “RODA”

Para problematizar a realidade da prática de ensino considerando a proposição da capoeira e suas possibilidades na construção da cidadania para pessoas com deficiência visual, partimos da

situação analisada pelo grupo de estudos, Capoeira Especial, desenvolvido pela Associação Cultural GUETO, que desde 1998 se dedica à pesquisa das possibilidades da capoeira no trato com a área de Educação Especial. Esse estudo nos possibilitou o início da percepção de diversos problemas pedagógicos na lógica da “exclusão” das pessoas com necessidades especiais e a importância de uma maior investigação dos limites e possibilidades da capoeira na ação de ensino-aprendizagem para esse público.

Considerando, no entanto, os limites de uma dissertação de Mestrado, delimitamos a abordagem do objeto as – *Práticas pedagógicas na capoeira para pessoas com deficiência visual* – na perspectiva da formação emancipatória, em pesquisa a ser desenvolvida no CAP-BA. Diante do trabalho pedagógico nos perguntamos: *qual a influência da capoeira, dificuldades e perspectivas na ação pedagógica no processo de formação das pessoas com deficiência visual? Quais as perspectivas da capoeira como elemento didático-pedagógico na formação da pessoa com deficiência, considerando os movimentos corporais, a musicalidade e as relações interpessoais mediadas pelo “ritual da roda”, no referido centro de apoio?*

#### 1.4 METAS E ESTRATÉGIAS PARA O “JOGO”

É importante não perder de vista que nos centros de Educação Especial, a partir das ações pedagógicas, estabelecemos uma constante relação com as contradições da vida cotidiana e que projetos históricos são disputados e tendências de desenvolvimento social são firmadas. A alternativa de estudos, ligados à formação humana a partir das técnicas/métodos pedagógicos, também possibilitará desestabilizar, estruturar, convencer e consolidar concepções críticas superadoras.

As contradições no espaço de ensino-aprendizagem estão implícitas, não aparecendo facilmente na dinâmica educacional. É preciso utilizar o aparato da ciência para que venham à luz.

Para definição dos objetivos, segundo FREITAS (2000) em seus estudos sobre Ciência Pedagógica, é necessário estabelecermos a referencia de um projeto histórico claro e definido, ou seja, a delimitação do tipo de sociedade – tipo de associação humana - que se quer criar e a indicação de formas de luta para concretizar tais concepções. Nesta linha de raciocínio, além de

partirmos de uma dada concepção sobre projeto de formação humana, estaremos investigando a relação entre as dimensões pedagógicas (currículo e práticas pedagógicas) e políticas (políticas educacionais). Com base no exposto acima e considerando a representação das inquietações presentes na justificativa e em forma de problemas neste estudo, apresentamos os seguintes objetivos:

- a) - Analisar as dificuldades e perspectivas da capoeira como elemento da ação pedagógica, enfocando uma relação de ensino–aprendizagem emancipatória<sup>5</sup> para a pessoa com deficiência visual;
- b) - Sistematizar informações sobre a ação pedagógica da capoeira no CAP-BA, descrevendo e analisando coletivamente seus traços essenciais;
- c) - Analisar as dificuldades existentes nas proposições em desenvolvimento no trato com o corpo, levantando perspectivas, através da geração de um conhecimento descritivo crítico sobre capoeira e deficiência visual, considerando seus movimentos, a musicalidade e as relações interpessoais mediadas pelo “ritual da roda”.

A presente investigação situa-se dentro de um estudo de caso, que é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida, como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social. Visa conhecer o seu “como” e os seus “porquês”, evidenciando a sua unidade e identidade própria. É uma investigação que se assume como particularística, debruçando-se sobre uma situação específica, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. Sendo assim, nos propomos a analisar a situação do grupo focal de capoeira do CAP – BA, na cidade de Salvador.

Os dados obtidos com o presente trabalho investigativo possibilitaram a organização deste estudo, que se inicia a partir de uma apresentação memorial do autor, e segue dividido em seis seções, delineadas a seguir.

Na primeira seção, fazemos uma introdução apresentando a justificativa para o estudo, a delimitação do tema, os objetivos e possíveis caminhos da pesquisa.

---

<sup>5</sup> Emancipatória tem aqui o sentido que lhe é atribuído na teoria marxista como sendo a superação dos obstáculos à emancipação humana, isto é, ao múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas e à criação de formas de associação digna da condição humana. BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento marxista**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1983.

Na segunda seção, tratamos dos aspectos históricos da capoeira, considerando seu desenvolvimento e processo de sistematização formal, até chegar aos dias atuais, explicitando conceitos e informações sobre as particularidades dessa arte.

Na terceira seção, abordamos os conteúdos relativos à deficiência, estigmas e sociedade, tentando ampliar o diálogo com autores que tratam dessa questão, enfocando a inclusão da pessoa com necessidades especiais. Em seguida vamos abordar alguns aspectos sobre a pessoa com deficiência visual, para dar conta de aprofundarmos no universo desses indivíduos, tratando, inclusive, da questão histórica.

Na quarta seção, tratamos da capoeira e suas possibilidades no trabalho pedagógico com pessoas que apresentam deficiência visual, partindo de algumas idéias sobre desenvolvimento e aprendizagem, que servem de ponto de partida para um diálogo mais aprofundado sobre a prática da capoeira para pessoas com deficiência visual, considerando os movimentos, a musicalidade e as relações interpessoais e seu desenvolvimento para a cidadania plena desses indivíduos.

Na quinta seção, abordamos os aspectos referentes à metodologia da pesquisa realizada, tratando do tipo de pesquisa, local, seleção do grupo focal e, por fim, coleta, análise e interpretação dos dados.

Finalmente, na última seção do trabalho, partimos para as considerações finais, reconhecendo as reais possibilidades da capoeira na Educação Especial, em particular no trabalho com pessoas que apresentam deficiência visual.

## 2 A CAPOEIRA NA EDUCAÇÃO

*Os educadores precisam compreender que ajudar as  
pessoas a se tornarem pessoas é muito mais  
importante do que ajuda-las a tornarem-se  
matemáticos, políglotas ou coisa que o valha.  
Carl Rogers*

Para tratarmos da capoeira e suas possibilidades pedagógicas para pessoas com deficiência visual, precisamos, antes de mais nada, conhecer um pouco mais sobre essa arte e suas relações históricas com a educação; sendo assim, seguiremos nos aproximando um pouco mais dos meandros da capoeiragem.

### 2.1 DESCOBRINDO A CAPOEIRA

Criada pelo negro escravo, como instrumento de sua luta pela libertação, a capoeira, mais do que um jogo, nasceu como uma arte marcial, uma luta, um instrumento de combate e resistência. Como não possuíam armas suficientes para combater à opressão de feitores e capitães do mato, os escravos utilizavam os movimentos da futura luta como recursos instintivos e naturais de preservação da vida, por intermédio do próprio corpo. Esses movimentos possivelmente foram, com o passar dos anos, sendo disfarçados pela ginga de corpo e um leve toque de dança, que acrescentava acrobacias, que mais tarde iriam se transformar no que chamamos hoje de “floreios”, que são movimentos manhosos, ágeis, espertos e traiçoeiramente defensivos, que servem para disfarçar o caráter belicoso da capoeira. De acordo com Rego “A capoeira foi inventada de divertimento, mas na realidade funcionava como faca de dois gumes. Ao lado do normal e do cotidiano, que era divertir, era luta também no momento oportuno”.(1968, p.35).

Um outro fator relevante sobre a capoeira è que, se por um lado ela não veio pronta e acabada da África, também não podemos dizer que a mesma se trata de uma criação genuinamente brasileira, pois, apesar de ter sido inventada no Brasil, muitos são os elementos dessa arte que nos remetem a “práticas” africanas. Portanto, preferimos acreditar que sua origem è afro-brasileira, entendendo a herança africana como matéria-prima e as condições sociais do Brasil escravista como catalisadoras do processo de criação e desenvolvimento dessa arte, haja

vista que mesmo com a escravização de africanos para outros países, estes nunca denotaram indícios de existência da capoeira em seus territórios.

No caso da capoeira, tudo leva a crer que seja uma invenção dos africanos no Brasil, desenvolvidas por seus descendentes afro-brasileiros, tendo em vista uma série de fatores colhidos em documentos escritos e, sobretudo no convívio e diálogo constante com os capoeiras atuais e antigos que ainda vivem na Bahia. (REGO, 1968, p.31).

A capoeira hoje já é praticada, mesmo de forma pontual, em cerca de 140 países do mundo, mas nasceu aqui no Brasil. Sua origem deu-se, provavelmente, no grupo Bantú-Angolense, uma das divisões de povos mais fortes oriundas da África. Os negros desta região eram considerados altos, ágeis e fortes, com grande capacidade de adaptação cultural.

De acordo com Sodré (2005, p.153),

Vadiação e brincadeira são outros nomes com que os negros designavam o jogo da capoeira. Capoeira se luta, joga, brinca, é algo que se faz entre amigos e companheiros. Como? Primeiro, forma-se uma roda composta de dois e mais jogadores, berimbau (arco retezado por um fio de aço percutido por uma vareta e ao qual se prende uma cabaça capaz de funcionar como caixa de ressonância), pandeiros, caxixis ou reco-recos. Em seguida dois homens entram no círculo, abaixando-se na frente dos músicos, ao som dos instrumentos e de canções (chulas) específicas. Na capoeira dita de angola, ao se cantar a expressão “volta ao mundo” está dado o sinal para o início do jogo.

Marca de diversas rebeliões durante a existência da escravatura, a capoeira desenvolveu-se como uma *luta de revide*. Os 3,5 milhões de negros trazidos à força da África aprimoraram essa arte marcial e usaram-na sempre para enfrentar os ataques e desmandos de seus opressores. Enfim, nas três regiões que mais acolheram negros africanos, Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia, a capoeira era utilizada com o fim de acabar com a dominação e a exploração das elites e, ainda, na luta pela liberdade.

A dominação, a perseguição e a discriminação aos negros fizeram, paradoxalmente, com que a capoeira ganhasse cada vez mais força no Brasil com o decorrer do tempo. A Abolição da Escravatura é um exemplo. Em 1888, quando da promulgação da Lei Áurea, o governo baixou um decreto que autorizava a entrada no país de africanos e asiáticos, somente mediante a

aprovação do Congresso Nacional, tornando o que era para ser um avanço, mais uma forma explícita de discriminação.

A “abolição”, aliás, deixou uma herança maldita para os ex-escravos, “libertos”. Não tinham acesso aos meios de produção e à educação, não possuíam condições mínimas de enfrentar o mercado de trabalho, nem receberam um só trocado como indenização ou algo semelhante. Por tal razão, foram jogados nas ruas e infelizmente não tiveram outra opção, num primeiro momento, a não ser cair numa condição de marginalidade.

Foram tempos de grande sofrimento e de enorme confusão para a população negra e suas lideranças. Afinal, estavam “livres”, mas não tinham para onde ir, onde trabalhar, o que comer e nem o que vestir. As elites aproveitaram e deram uma “ajuda”: associaram a imagem do negro à de um “agente criminoso”, vadio, malandro e capadócio. A perseguição continuava e a exploração também. Praticamente, nada foi feito pela integração social do cidadão negro “libertado” pela lei de 13 de maio.

Chegada a década da abolição - em 1880 - os negros estão nas ruas, o ambiente é crítico e caótico, e as condições já são bem favoráveis tanto à abolição quanto ao golpe militar que vai derrubar a Monarquia em 1889. [...]

Este golpe vai organizar o caos – e organizar o caos significa disciplinar a população negra, pois o caos eram os negros fujões; eram os quilombos na periferia da cidade; eram os negros libertos perambulando para baixo e para cima; era uma quantidade infinita de capoeiras – mais especificamente no rio de Janeiro – que, em maltas ou individualmente, vendiam indiscriminadamente seus serviços para abolicionistas, liberais, conservadores, monarquistas e republicanos. (CAPOEIRA, 1992, p. 35)

A República, que sucedeu o Império, manteve os grilhões e herdou seus preconceitos. Enquanto o poder público classificava a capoeira como crime, políticos sem escrúpulos e seus aliados aproveitavam-se da total miséria da comunidade negra para transformá-la em massa de manobra. Os negros, sem dinheiro e sem recursos para sobreviverem eram contratados para milícias particulares, para expandir os domínios desses políticos e para exterminar seus rivais. A capoeira nasceu da necessidade de libertação de um povo escravizado e, evidentemente, revoltado. Segundo Sodré (2005, p.155),

A crônica da capoeira até quase o fim do império revela disposições permanentes de resistência marcial aos dispositivos repressivos de ordem escravagista. Desde pouco antes da abolição e durante a primeira república, os capoeiristas passaram a ser usados, sobretudo no Rio de Janeiro, como capangas,



(às vezes contra os próprios negros ou contra republicanos) por políticos e pessoas de influência. Não sendo esse o caso, o capoeirista era freqüentemente apontado como autor de tropelias e desordens, suscitando mais uma vez medidas legislativas específicas.

Apesar de perseguida no século XIX, a prática da “capoeiragem” recebeu um tratamento criminal oficial em todo o território nacional somente a partir da República. O Código Penal da República oficializou este tratamento:

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas, exercícios de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação capoeiragem (...) Pena: de prisão celular por dois a seis meses.

Parágrafo Único: É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a algum bando ou malta.

Art. 404. Se nesses exercícios de capoeiragem perpetrar homicídio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o poder público e particular, perturbar a ordem, a tranqüilidade ou segurança pública ou for encontrado com armas incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes.(REGO, 1968, p.292).

A capoeira continuou perseguida, enquadrada como crime no começo do século passado. Mas resistiu, com seus fundamentos e sua filosofia. Mais tarde, começou a ganhar consistência como traço de uma cultura popular. Ainda neste sentido, Sodré (2005, p. 155) faz o seguinte registro:

Mas a capoeira implicava, como toda estratégia cultural dos negros no Brasil, um jogo de resistência e acomodação. Luta com aparência de dança, dança que aparenta combate, fantasia de luta, vadiagem, mandinga, a capoeira sobreviveu por ser jogo cultural. Um jogo de destreza e malícia em que se fingi lutar, e fingi-se tão bem que o conceito de verdade da luta se dissolve aos olhos do espectador e – ai dele – do adversário desavisado.

Surgiram, então, os amantes e divulgadores da capoeira como luta e outros que a enxergavam como parte do “folclore” e da cultura do negro descendente de africanos. Vicente Ferreira Pastinha, o baiano Mestre Pastinha, foi um dos maiores nomes da capoeira no final do século XIX e início do século XX. Fundou o Centro Esportivo de Capoeira Angola, na Bahia, mantendo os fundamentos da capoeira e até implantando alguns de sua própria criação.

Mestre Pastinha foi o mais célebre representante da Capoeira de Angola (posteriormente, assim chamada), dedicando toda sua vida para valorizar essa manifestação, genuinamente afro-brasileira.

A Capoeira Regional, típica da cultura baiana, foi criada em 1928, por Manoel dos Reis Machado, o Mestre Bimba, e era focada na luta. Ele utilizou nessa criação os seus amplos conhecimentos da Capoeira tradicional e do Batuque.

Alguns estudiosos consideram a Capoeira tradicional mãe da Capoeira Regional, que também recebeu a influência do Batuque, que é uma luta aguerrida, violenta, cujo objetivo é jogar o adversário no chão usando apenas as pernas. "Em 1928 eu criei, completa, a regional" disse Mestre Bimba, esclarecendo que "é o Batuque misturado com a capoeira tradicional, com mais golpes. Uma verdadeira luta, boa para o físico e para a mente".

Mestre Bimba adquiriu a condição de Mestre de Capoeira, graças ao reconhecimento popular, ao seu trabalho e pelo respeito da sociedade baiana. Isso numa época em que as perseguições às manifestações da cultura negra eram muito intensas e cruéis. Através de seu trabalho e esforço, a capoeira ganhou características desportivas fundamentais no processo de massificação.

Hoje, presenciamos uma explosão dessa arte nacional. No Brasil, existem 6 milhões de praticantes. Só em São Paulo existem 6 mil e quinhentas academias de capoeira registradas. Se considerarmos o fato de ter sido crime sua prática no começo do século passado, é um enorme avanço.

A capoeira é, por tudo isso, sua história e origem, um potente instrumento de educação e integração social. Ela nasceu da luta contra a exclusão; combateu, desde os primórdios da escravidão, a opressão. É uma arte que demonstra ser possível viver em harmonia independente da cor da pele ou origem social.

## 2.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CAPOEIRA

Partindo do princípio de que a capoeira, ao longo de sua história, passou por uma série de transformações para firmar seu espaço no ambiente escolar e que a escola funciona, na maioria das vezes, como expressão dos conflitos sociais de sua época, que por sua vez estará sujeito aos

ditames do capital, tentaremos aqui traçar um painel dessa dialética relação entre a capoeira e a escola.

Para compreender os conflitos dessa relação, precisamos lembrar que o surgimento da escola teve suas bases associadas a uma estratégia de manutenção da diferença entre a classe operária e a classe burguesa, sendo esta última beneficiada pela manutenção ideológica garantida pela escola, pois ali estariam assegurados os princípios de construção da separação entre “fazer e pensar”, “corpo e mente” e etc..., princípios estes que resistem até os dias atuais. Segundo Dangeville (1978, p.35),

Todo sistema de ensino da sociedade capitalista assenta no racionalismo burguês, ou seja, um idealismo ou iluminismo que esclarece os espíritos, a massa e a matéria. Neste sentido, o princípio de “revelação” está no seio das escolas burguesas tanto laicas como religiosas. Toda a sociedade dividida em duas classes é necessariamente idealista: a elite esclarecida dita as normas, e a massa bruta deve segui-las sem discussão.

Partindo da análise do contexto acima, fica fácil compreender o tamanho do “desafio” e das transformações, que foram “necessárias” para enquadrar a capoeira na lógica escolar, pois a capoeiragem historicamente foi também símbolo de contestação da lógica vigente, e sua fundamentação filosófica centra-se em uma simbologia que extrapola o conceito de educação escolar, ratificando o verdadeiro sentido de educação que não estabelecem fronteiras, nem limites para as relações de ensino-aprendizagem. Pensando nisso, Brandão (1981, p.13) afirma que:

Quando a escola é a aldeia, a educação existe onde não há escola e por toda parte pode haver redes e estruturas sociais, de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de um modelo de ensino formal e centralizado. Porque a educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida. A vida que transporta de uma espécie para outra, dentro de história da natureza, e de uma geração a outra de viventes, dentro da história da espécie, os princípios através dos quais a própria vida aprende a ensinar a sobreviver e a evoluir em cada tipo de ser.

Desse conceito mais amplo de educação surgem as bases filosóficas dos ensinamentos da simbologia da capoeiragem. Assim, fica fácil compreender o tamanho do abismo entre a matriz norteadora da capoeira e a forma na qual ela se apresenta hoje nas instituições, ou seja, algumas das adaptações que permearam estes anos de transformações da capoeira pela sobrevivência,

esterilizaram a possibilidade revolucionária de construção de uma pedagogia social, que está impregnada em algumas sociedades do continente africano, sendo responsável por influenciar a estruturação e reelaboração de práticas em território brasileiro, tais como a própria capoeira.

### **2.2.1 Da luta marginal a uma alternativa educacional**

Por volta da década de 30, através da criação e oficialização legal da Luta Regional Baiana (Capoeira Regional), estruturada por Manoel dos Reis Machado (Mestre Bimba) e seus discípulos, a capoeira ganha uma nova roupagem, que abre a possibilidade de institucionalização da mesma, pois pela primeira vez a sociedade reconhecia e decodificava os símbolos que fundamentavam a prática de ensino da capoeira, por meio de um método sistematizado e escrito que poderia facilmente ser implantado em diversas instituições, fato este que aliado a uma conjuntura política que estimulava ideais nacionalistas pela forte influência do “Estado Novo” de Vargas na defesa de um modelo de ginástica que pudesse ser genuinamente brasileiro, impulsionaram um grande crescimento e divulgação da capoeira, haja vista, que durante as primeiras quatro décadas do século XX vivenciamos uma ampla influência dos métodos de ginástica em território brasileiro, aliados a uma relação muito próxima com o pensamento das instituições militares, fato este, que acabou por colaborar com a estruturação de uma Educação Física centrada em princípios tecnicistas e alienadores, no intuito de contribuir com um perfil de formação humana que garantissem o poder do “Estado Novo”, e como a capoeira sofreu grande influência deste período histórico em seu processo de sistematização escrita, ainda hoje podemos perceber nítidas influências dos métodos alienantes da década de 30, no ensino da capoeira e na própria Educação Física. Segundo Vieira (1995, p.71-72),

[...] o governo de Getúlio Vargas, principalmente durante o Estado Novo, caracterizou-se por uma ampla estratégia de legitimação junto às massas trabalhadoras. Além da atuação no campo educacional, como abordamos anteriormente, foi intensa a defesa da ideologia do trabalhismo e do nacionalismo por outras vias culturais como o teatro, com a criação do Serviço Nacional de Teatro, e a publicação da revista Cultural e Política no período 1941-1945.

Um outro fator que contribuiu muito para a expansão da capoeira institucionalizada foi a condição dessa alternativa apresentar-se como uma possível tentativa de cooptação e controle de

uma arte que se insurgia, de forma subversiva, em alguns pontos do território nacional, a exemplo das maltas do Rio de Janeiro e de outros pequenos movimentos de contestação da estrutura social vigente, que tinham na capoeira um “braço” de luta, ou seja, é importante lembrar que esta aceitação teve um preço alto, pois a necessidade de atender os anseios de uma classe social dominante enquadrou e remodelou a capoeira em um perfil alienador que, em última instância, desarticulava sua simbologia metodológica revolucionária e a colocava a serviço do sistema. De acordo com Vieira (1995, p.71),

No processo de aproximação entre cultura popular e o estado, muitas são as reinterpretações dos significados originais de determinados elementos simbólicos e rituais. A Capoeira Regional surgia com o propósito de combater uma suposta “ineficiência” da Capoeira Angola, reflete significativamente os ideais eugênicos da década de 30, dentro dos limites em que isso era possível a uma instituição de origem popular e afro-brasileira.

Sobre as maltas, existe um relatório, feito pelo ministro e secretário dos negócios da justiça, referente ao ano de 1878, que revela toda a preocupação do estado com a capoeira. Segundo Filho e Lima (apud ARAÚJO, 1898, p.175),

Uma das mais estranhas enfermidades morais desta grande e civilizada cidade é a associação de capoeiras. Associação regularmente organizada, com seus chefes, sua subdivisão em maltas, que denominam badernas, com sinais e gírias próprias. Grupos de turbulentos, ávidos de assuadas, de lutas e de sangue, concorrem à voz de seus chefes das grandes reuniões populares e festividades públicas, para o fim de decidirem por meios violentos as suas contendas e rivalidades.

Também faz-se necessário lembrar que, com a sistematização do processo de ensino da capoeira na década de 30, o perfil de relação de alguns indivíduos com essa arte também se altera, pois a capoeira adentra um universo que exige dos Mestres um maior comprometimento no estudo dos processos de ensino-aprendizagem, porque a mesma salta de uma atividade livre, desprovida de normas metodológicas e passa a se transformar no “ganha-pão” de seus praticantes, que rompem as instituições levando esta arte marginalizada com uma nova roupagem.

Levando-se em consideração a capoeira gradativamente vai se inserindo no contexto escolar, podendo-se atribuir ao Mestre Bimba um papel importante nesse processo, pois através de seu contato com estudantes universitários de Salvador, que o convidaram para ensinar na pensão onde residiam, o mestre pode ter acesso a uma camada social e a códigos e símbolos do conhecimento científico, que possibilitaram a criação e sistematização desse novo modelo de ensino da capoeira. A partir daí a capoeira inicia seu processo de institucionalização. Na visão de Mestre Itapoã (apud VIEIRA, 1990, p.123),

Quando o Mestre foi parar lá, os estudantes começaram a conversar com ele, que a capoeira não podia ser uma coisa perseguida pela polícia. Isso foi em 1934, quando os “caras” foram para Salvador estudar Medicina. O Nordeste todo ia estudar lá. Foi assim que ele começou a ter contato com a sociedade da época.

O novo modelo de capoeira criado por Bimba e seus discípulos passa a ser reconhecido paulatinamente pela sociedade civil, sendo inclusive o Mestre Bimba agraciado com o título de Instrutor de Educação Física, mediante diploma oficial assinado por Dr. Gustavo Capanema, o então Ministro de Educação, no ano de 1957 pelo enquadramento do ensino da capoeira na legislação vigente. Apesar dos avanços proporcionados por Bimba, o mesmo só teve acesso a uma única instituição, que foi o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), na qual ministrou aulas de capoeira para os aspirantes da reserva. Este fato denota que a capoeira institucionalizada inicia-se com M. Bimba, mas só vem a se firmar com o passar dos anos, através de outras iniciativas promovidas por seus alunos.

As transformações sofridas no processo de ensino da capoeira iniciaram a sua aproximação ao ambiente escolar, favorecendo seu reconhecimento e ampliando suas perspectivas com vista a se firmar como estratégia pedagógica no processo educativo. Conforme Abreu (2003, p.20),

Sobre a oitava: era na roda, sem a interrupção do seu curso que se dava à iniciação, com o mestre pegando nas mãos do aluno para dar uma volta com ele. Diferentemente de hoje em dia, quando é mais freqüente iniciar o aprendizado através de séries repetitivas de golpes e movimentos, antigamente o lance inicial poderia surgir de uma situação inesperada, própria do jogo: um balão boca de calça, por exemplo. A partir dele se desdobravam outras situações inerentes ao jogo, que o aprendiz vivenciava orientado pelos “toques” do mestre.

No Brasil, por volta do final da década de 70 e início da década de 80, período também dos movimentos renovadores da Educação Física (Corrente Comportamentalista e Humanista), tivemos um grande crescimento no número de instituições de ensino da capoeira, fato este que contribuiu muito para a pulverização da capoeira em escolas, universidades e creches, acrescentando a estes ambientes de trato com o conhecimento um toque de cultura e inúmeras possibilidades de intervenção no que se refere à atividade física, que acabam sendo respaldadas por leis e sugerida por diversos instrumentos informativos que orientam a educação escolar (RCN, PCN, etc).

Tendo em vista toda a trajetória da capoeira até os dias atuais e a pulverização de sua prática nas instituições de ensino, principalmente na área de Educação Especial, e levando-se em conta que grande parte da comunidade de capoeira não tem acesso à produção científica e que os estudos acadêmicos que relacionam capoeira e a Educação Especial são raros e pouco discutidos, acreditamos que produções como esta serão essenciais para a fundamentação e desenvolvimento dos trabalhos já existentes no campo da cultura corporal e de outras possibilidades que possam surgir.

Por mesclar musicalidade, movimento, manuseio de instrumentos, associados a um ritual de forte identidade com o público-alvo por ser genuinamente brasileira, a capoeira foi citada nos Referenciais Curriculares para a Educação, nos quais ressaltam-se a música, o movimento, a interpretação, dentre outras formas de linguagens do conhecimento para o desenvolvimento humano, onde a capoeira se firma como significativa forma de trabalho com a cultura corporal do movimento.

### 3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL.

*O principal efeito da Força do hábito reside em que se apodera de nós a tal ponto que já quase não está em nos recuperarmo-nos e refletirmos sobre os atos a que nos impele. Em verdade, como ingerimos o primeiro leite hábitos e costumes, e o mundo nos aparece sob certo aspecto quando o percebemos pela primeira vez, parece-nos não termos nascido senão com a condição de submetemo-nos também aos costumes; e imaginarmos que as idéias aceitas em torno de nos por nossos pais são absolutas e ditadas pela natureza. Daí pensarmos que o que está fora dos costumes está igualmente fora da razão  
Montaigne.*

Nesta parte do nosso estudo faremos um breve recorte sobre a conjuntura que envolve a pessoa com necessidades especiais e suas implicações na teia social, mediante a análise de dados da totalidade concreta, estudo sobre as características particulares e diálogo com autores da área, considerando como foco, dentre as necessidades especiais, questões ligadas à visão.

#### 3.1 "DEFICIÊNCIA", ESTIGMAS E SOCIEDADE.

No intuito de garantirmos uma aproximação preliminar com o universo da educação especial, iniciaremos considerando alguns aspectos relevantes para a compreensão de alguns dos desafios sociais para a pessoa com necessidades especiais.

A palavra "deficiente", termo mais utilizado pelo senso comum para designar uma pessoa com necessidades especiais, por si só já nos remete a uma idéia de ineficiência ou incapacidade, visto que as pessoas rotuladas por este vocábulo já são prejudgadas como "diferentes" no pior dos sentidos, porque isso? Quem construiu estes conceitos? Em que medida correspondem à realidade desses indivíduos "diferentes"? O que é ser "diferente"? Estas questões são fundamentais para mergulharmos no universo da pessoa com necessidades especiais.

Em qualquer sociedade existem padrões de comportamento, regras de convivência e interpretações simbólicas que expressam os conflitos, disputa de poder, compreensões de mundo, dentre outros; contudo, não podemos perder de vista que estas são construções dos homens, compostas por reflexos de imagens no e do pensamento humano. Sendo assim, as verdades são



construídas por estas relações humanas. Neste sentido, o vocábulo “deficiente” é um adjetivo que, como tal, ganha valor cultural a partir de regras, padrões e normas estabelecidas nas relações sociais, construindo uma categoria capaz de agrupar, numa identidade comum, diferentes tipos de pessoas. Oficialmente, a Assembléia Geral da ONU, em 1975, proclamou no artigo I que:

O termo pessoas deficientes refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.

Penso que, para responder as questões propostas no início deste capítulo, precisamos reconhecer as diversas possibilidades para construção dos significados sociais dos adjetivos. Dessa forma, precisamos levar em consideração definições por influência médica, religiosa e, principalmente, as ditadas pelo modo de produção capitalista, haja vista que a lógica da “deficiência” pode facilmente ser associada à deficiência produtiva no mundo do trabalho, que tem com foco principal o lucro, logo, os “diferentes” seriam incapazes, pois teriam seqüelas corporais ou mentais, que diminuem ou os incapacitam produtivamente, diminuindo o lucro que alimenta o sistema. Assim, a pessoa com necessidades especiais deveria encontrar, na sociedade, caminho propício para o seu desenvolvimento através de sua educação e qualificação para o trabalho. Estando ele já inserido no processo, a sociedade que deveria adaptar-se às suas limitações, contudo, não é o que observamos na maioria dos casos. Em relação a esta questão, Sasaki (1997, p.42) diz:

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços interno e externo, equipamentos, aparelho e utensílio, mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto do próprio portador de necessidades especiais.

Um outro aspecto relevante dessa sociedade, centrada no lucro, é o fato da mesma nos bombardear de todas as formas com padrões estéticos e comportamentais para facilitar a venda de seus produtos. Queremos o carro da moda, a calça da loja da esquina, a casa da novela ou até mesmo o nariz do ator famoso da *Rede Globo*, tudo isso por um padrão estético de consumo para alimentar a necessidade de lucro das grandes empresas. Nessa lógica, “deficientes” são todos que

de alguma forma não sirvam para alimentar o sistema, contudo, aqueles estigmatizados<sup>6</sup>, diferentes visualmente, são os mais atingidos pelo preconceito, pois fogem dos padrões sociais físicos e de comportamento.

Como já foi dito antes, para o senso comum, deficiente é toda pessoa que apresente algum problema visível no corpo, na maioria das vezes no aparelho locomotor. Um membro torto, paralisia, cegueira, amputações são vistas como "imperfeições" e seus portadores classificados como deficientes. Digo defeito visível, porque o encontro visual entre o deficiente e o "outro", normal, é muito importante, já que é na relação de alteridade, basicamente, que se estabelece a identidade dos indivíduos e, dessa identidade, sua "carreira moral" (GOFFMAN, 1982). A religião dizia que os nascidos com alguma diferença física eram castigados por Deus, até mesmo a medicina classificava como doentes esses indivíduos, e aí me pergunto: quem é doente? uma pessoa cega ou um indivíduo que apresente um quadro clínico que não pode ser detectado num simples olhar? Pois a depender do estágio da enfermidade, seus sintomas não são visíveis, logo ficando muito difícil a identificação da pessoa doente nas relações cotidianas. Se não bastasse esse exemplo, poderíamos trazer a questão dos desvios de caráter moral, corrupção, inveja, ganância, dentre outros, que com certeza, se configuram em um mal significativo para a sociedade, mas, pela falta de estigmas visíveis, passam despercebidos no cotidiano do senso comum.

Goffman (1982, p 11-12) destaca que:

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontrados.

Em se tratando, especificamente, de pessoas com deficiência visual, nos deparamos-nos socialmente com inúmeras situações que denotam as marcas do preconceito, centradas quase sempre na perspectiva da "falta". São frequentes os casos em que o desenvolvimento da autonomia de uma pessoa cega causa perplexidade em alguns videntes, pois, os ditos "normais" julgam o cego incapaz das mínimas ações cotidianas.

---

<sup>6</sup> Os gregos, que tinham muito conhecimento sobre recursos visuais, criaram o termo estigma para se referir a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o *status* de quem os apresentava.

O impacto do preconceito na vida da pessoa com deficiência visual acarreta inúmeros males, pois restringe a sua atuação social, impossibilitando o exercício em atividades profissionais que poderiam ser facilmente realizadas com mínimas adaptações funcionais. Segundo Trinca (1997, p.12),

Aquele a quem falta a ajuda de algum sentido não difere daquele que tem todos os sentidos intactos, se ambos não conseguem usar recursos em proveito do dom da vida. Saber usar o que temos é uma arte difícil, facilmente anulável pela arrogância de não aceitar os limites da condição humana. A arte de viver sustenta-se na capacidade de transformar esta condição para melhor realização possível para a vida. Isso é o que temos de fazer a fim de alcançar a harmonia e, quiçá, a felicidade.

Um aspecto extremamente importante que tem colaborado muito para a manutenção do preconceito em relação à pessoa cega, é o fato da mesma ser constantemente comparada a um vidente, colocando-o numa mesma categoria de limites e possibilidades, condições concretas diferentes. Este equívoco não está restrito exclusivamente às relações com a pessoa cega, pois, no cotidiano escolar, tradicionalmente pessoas com níveis de aprendizado diferentes são categorizadas homogeneamente a partir de uma seriação e da burocratização de exames que pretendem nivelar todos a começar por um perfil único de conhecimento, desconsiderando os significativos avanços individuais diferenciados.

Dessa forma, percebemos que nossas ações, crenças e comportamentos, na maioria das vezes, estão regidos por costumes sociais dogmatizados, portanto necessitamos investigar as possibilidades e significados das “verdades sociais” à luz da compreensão de teorias críticas da sociedade, que nos permitam ampliar as percepções da conjuntura e suas interlocuções com o mundo real.

### 3.2 CIDADANIA : OS CAMINHOS DO REAL PARA O IDEAL

Considerando que nossa proposta de pesquisa se articula com alternativas pedagógicas, que possam dialogar com o exercício da cidadania para pessoas cegas a partir do trato com a capoeiragem, queremos, neste momento, problematizar algumas questões referentes a cidadania, seu desenvolvimento histórico e suas implicações na atualidade.

Queremos estudar os limites e possibilidades da ação pedagógica com a capoeira, considerando que estas ações estão diretamente implicadas na leitura de mundo construída por cada indivíduo participante da mesma, sendo assim, acreditamos que a construção do conhecimento precisa ser significativa a ponto de propor uma reflexão que extrapole o imediatismo de conteúdos estanques, viabilizando uma proposta de ensino que seja consistente, contextualizada a partir da realidade social para a cidadania.

Entendemos cidadania não como um conceito estanque, nem tampouco como um conjunto de palavras para simples efeito sonoro e político-partidário, mas sim, como um conceito volátil que historicamente tem se transformado a partir das dinâmicas e necessidades de cada tempo e seus povos. Mesmo na atualidade, consideramos impossível precisar uma forma de cidadania padrão para as diversas realidades de nosso mundo, pois mesmo considerando o mundo globalizado ainda vivemos distinções sociais gritantes.

Se considerarmos cidadania como o conjunto de direitos e deveres sociais, políticos e civis de um indivíduo que vive na cidade, facilmente perceberemos a variabilidade desses direitos e deveres a partir da realidade de cada nação. Fica fácil compreender as diferenças conceituais, se imaginarmos um cidadão cubano, norte-americano e brasileiro. Neste sentido, tentaremos focar na realidade conjuntural de Salvador, Bahia, considerando sua localização no Nordeste brasileiro e todos os seus índices gritantes de desenvolvimento humano, bem como, os conflitos de um país como o Brasil, que apresenta uma das maiores diferenças sociais de todo o mundo.

Queremos ponderar sobre os sujeitos de nossa pesquisa, pessoas pobres, com baixa visão ou completamente cegas, que vivem numa cidade desprovida de uma infra-estrutura que garanta minimamente o deslocamento desses indivíduos, que também são vítimas, como boa parte da população do Nordeste brasileiro, da falta de moradia, educação de qualidade, boa saúde pública, dentre outros. Esta realidade nos provoca para repensarmos as estratégias de ensino nos centros de educação especial, em particular, para pessoas cegas, pois acreditamos que cada mínima ação desenvolvida no âmbito educacional deva ser capaz de dialogar de forma autônoma e reflexiva com todas as *nuances* da vida cotidiana, porque só assim, verdadeiramente, estaremos possibilitando a tão falada “inclusão”.

Pensar cidadania hoje passa, necessariamente, pela relação com a Declaração dos Direitos Humanos e ainda como uma questão fundante para a democracia. Dessa forma, todo o discurso sobre as pessoas cegas e suas possibilidades como membro ativo da sociedade, perderá o sentido,

caso seus direitos e deveres para exercício de sua cidadania não sejam garantidas. Assim, faz-se necessário reconhecer os diversos elementos componentes dos métodos na ação pedagógica e suas implicações para a construção do pensamento crítico e a percepção dos reais direitos e deveres da pessoa com deficiência visual.

Para compreendermos todo o desenvolvimento e transformação conceitual da cidadania, iremos fazer uma breve análise histórica sobre o tema.

### **3.2.1 O percurso histórico da Cidadania**

Para os gregos, só eram considerados cidadãos, todos que estivessem em condição de opinar sobre os rumos da sociedade, e estes seriam os homens considerados totalmente livres, ou seja, aqueles que não necessitavam trabalhar para sobreviver, pois o envolvimento, para os gregos, nos negócios públicos exigia dedicação integral do cidadão. Desta forma, ficava bastante reduzida a participação social da maior parte da população, pois os homens ocupados como comerciantes e artesãos, as mulheres, os estrangeiros e os escravos não eram considerados cidadãos.

Já em Roma foi mantida a idéia de cidadania como a capacidade de exercer direitos políticos e civis; contudo, ainda se manteve a distinção entre os que poderiam ter acesso a estes e aqueles que ficavam à margem das decisões. Portanto, só um homem livre poderia exercer sua cidadania, mas nem todos os homens livres eram considerados cidadãos, haja vista que em Roma existiam três classes sociais: patrícios, plebeus e os escravos, mas só os patrícios tinham seus direitos assegurados.

Durante anos, o império romano passou por várias lutas internas entre patrícios e plebeus, pois os últimos reivindicavam maiores direitos. Com o passar dos anos, após a reforma do Rei Sêrvio Túlio, os plebeus passaram a ter acesso ao serviço militar e lhe foram garantidos alguns direitos políticos, contudo foi só com a lei das Doze Tábuas ( 450 ac ) que os plebeus tiveram maior participação na política.

Na Idade Média, com o fim do império romano, a igreja se fortaleceu muito e criou fortes relações com o Estado; desta forma, todo um avanço, no sentido de construção da cidadania, foi bloqueado por outras formas de relações humanas. Neste novo mundo regido pela fé, a propriedade privada ( terra ) continua como um dos centros do poder, mas uma nova relação se

estabelece, surgindo a lógica da vassalagem, que consistia numa troca de dependência pessoal e obrigações mútuas, originando-se de ato sacramental e solene, que apresentava duas vertentes: o vassalo, em troca de proteção e segurança, inclusive econômica, oferecia fidelidade, trabalho e auxílio ao suserano, que, reciprocamente, investia o vassalo no benefício, elemento real e econômico dessa relação feudal. Assim, a lógica imposta por este período histórico não possibilitou o exercício da cidadania.

Com o fim da Idade Média e início da Idade Moderna, tivemos mais uma vez uma segmentação de classes, agora redefinida por nobres, clero e povo, isso com ampla concentração de poderes nas mãos dos monarcas. Esta situação só foi alterada no final deste período, quando se começou a questionar a concentração de poder das monarquias, abrindo-se espaço às idéias, que mais tarde deram origem ao Estado moderno.

A evolução histórica da cidadania comprova como seu conceito e aplicabilidade foram sendo alterados e ainda complicados de serem implementadas por disputas de poder e falta de uma mínima noção de igualdade de direitos entre os homens de uma mesma sociedade. Portanto, fica fácil compreender alguns dos conflitos atuais e o desafio enfrentado por uma pessoa com algum tipo de estigma ou deficiência, considerando seu processo de inserção social no mundo moderno.

### **3.2.2 A educação para a pessoa com deficiência visual construindo a cidadania**

No Brasil, a cidadania se desenvolveu a partir dos primeiros movimentos patrióticos que lutavam pela liberdade de nosso País, a exemplo da Inconfidência Mineira, Canudos e outros. A noção de cidadania também foi sendo paulatinamente modificada a partir das constituições nacionais e seus parâmetros legais, tanto que hoje legalmente temos boas referências para o exercício de direitos e deveres; contudo, o desafio de aplicabilidade do que está escrito ainda se configura como obstáculo principal para construção de uma realidade mais justa para os cidadãos.

Em se tratando da pessoa com deficiência visual, acreditamos que o impacto da não aplicabilidade das leis se configure num problema ainda mais grave, pois, para o exercício básico de sua cidadania, são necessários mais elementos adaptativos do que para o cidadão comum.

Questões estruturais, como pistas táteis, placas em braile e outras, ainda que sendo direitos garantidos, constitucionalmente, não estão presentes no dia-a-dia dessas pessoas.

A nossa busca para a construção da cidadania se articula com práticas pedagógicas que possam ser capazes de lidar com os conflitos cotidianos da pessoa com deficiência visual, oferecendo possibilidades de superação dos mesmos. Acreditamos que no trabalho com estes indivíduos será possível contextualizar os conteúdos de forma crítica, autônoma e criativa, para tornar este indivíduo cômico de seus direitos e deveres, e acima de tudo capaz de exercê-los, pois, de nada serve o conhecimento, sem que o mesmo seja acompanhado da possibilidade concreta de aplicação no convívio social.

O projeto de cidadania que queremos será configurado na mesma medida em que o exercício democrático de participação social e a liberdade sejam exercidos na perspectiva social, política e civil, tendo na educação formal o seu princípio fundante, pois deverá ser também, e principalmente através da ação pedagógica para a pessoa com deficiência visual, que construiremos as bases para um projeto social mais justo para uma maior participação desses indivíduos.

Queremos também expressar, que acreditamos na construção de um projeto de cidadania emergente da práxis em educação, portanto este estudo poderá se estabelecer como possibilidade investigativa que valorize o senso crítico, no exercício de direitos e deveres sociais.

### 3.3 HISTÓRIA, LEIS E EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A começar pelas referidas reflexões pontuadas acima, queremos agora analisar, historicamente, o desenvolvimento das relações entre Estado, Sociedade e Educação Especial. No Brasil, já há alguns anos tem sido objeto de preocupação a garantia dos direitos do cidadão e o dever do estado em relação à educação especial. Podemos relacionar diversas ações que ratificam essa preocupação tais como em 1961, através da Lei nº 4.024/61, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 8.692, juntando-se ainda outros esforços tomados nesta direção, em momentos anteriores, como, por exemplo, o decreto que dispõe sobre a fundação do Instituto dos Cegos, em 1854, Instituto Benjamim Constant, na atualidade, com a criação em 1856, do Instituto Nacional dos Surdos e Mudos, Campanhas Nacionais como as do ano de 1857, para educação do

surdo brasileiro, ou a de 1958, para a educação e reabilitação dos deficientes visuais, ou para a educação dos deficientes mentais, em 1960.

Mesmo com a Lei nº 4.024/61, em seu artigo 88, ter representado uma novidade no que tange ao enquadramento da educação especial, dentro do possível, na educação regular, o artigo 89, que garantia apoio financeiro às instituições particulares que se mostrassem eficientes aos critérios dos Conselhos Estaduais de Educação, com tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções, delegou ao Estado a responsabilidade indireta por esta clientela, e com a Lei nº 5.692/71, em seu artigo 9º, explicitou-se que alunos portadores de deficiência física ou mental deveriam receber tratamento especial.

Estas iniciativas, mesmo pretendendo garantir a educação de pessoas portadoras de deficiência, acabaram por reforçar estigmas e preconceitos sobre as possibilidades educativas destas pessoas, além de retirá-las da escola onde seus companheiros da comunidade estudavam, acabando por segregá-los socialmente.

Apesar do citado Instituto Benjamim Constant e o Instituto Nacional dos Surdos-mudos desenvolverem algum tipo de atividade motora para seus alunos, houve uma tendência da Educação Física, no sentido de não preocupar-se com o preparo profissional para atuar com esta clientela, pois a Lei nº 5.692/71 simplesmente dispensou das atividades práticas todo aluno que tivesse algum problema clínico, sem preocupar-se com a necessidade de desenvolvimento motor que estas pessoas teriam e poderiam adquirir.

Já na Europa, desde 1945, a atividade motora vinha sendo utilizada em trabalhos na área de Educação Especial, considerando o esporte como um veículo, tanto para a reintegração social dessas pessoas, como para a reabilitação física ou psicológica, sendo realizados jogos especiais, que culminaram na criação das para-olimpíadas. As Para-olimpíadas, bem como as Olimpíadas Especiais, desenvolveram-se bastante, levando a formação de diversas associações para apoio e desenvolvimento de esportes para pessoas com necessidades educativas especiais. O governo brasileiro também se envolveu com esta clientela tendo criado, em 1990, o Departamento de Desporto das Pessoas Portadoras de Deficiência (Lei nº 8.028/90) e o Ministério da Educação e Cultura indicou, neste mesmo ano, a inclusão da disciplina Educação Física Adaptada, nos currículos dos cursos de graduação em Educação Física. Foi criado também, em 30/08/94, o Comitê Para-olímpico Brasileiro, que representa o Brasil na área dos desportos adaptados junto ao Comitê Para-olímpico Internacional.



O impacto de participação da pessoa com deficiência começou a ficar então mais visível na sociedade provocando diversos debates sobre a inclusão das mesmas. Como fruto destas discussões a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.393/96), destacou a educação da pessoa com necessidades educativas especiais, dedicando todo o Capítulo V à mesma, referindo-se à obrigação do Estado em fomentar ações que possibilitem tal educação dentro da rede regular de ensino, possibilitando, através do artigo 58, parágrafo primeiro, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da educação especial, e promovendo em seu parágrafo terceiro a utilização de professores especializados. No artigo 60, parágrafo único, é prevista a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades educativas especiais na própria rede pública regular.

É importante ressaltar, que diante da conjuntura educacional em nosso país, mesmo reconhecendo os avanços legais na área de educação especial, fica muito difícil a efetivação de alternativas funcionais no trato escolar com este público, visto que, a maior parte dos educadores presentes nestes locais não dispõem de qualificação adequada para interagir com as necessidades especiais e ainda precisam lidar com inúmeros desafios cotidianos, que se apresentam desde as questões estruturais até as de ordem social, no ambiente escolar.

Por estes referidos desafios da educação brasileira não se restringem a área de Educação Especial e ainda pela falta de esclarecimento, por parte da sociedade, sobre os limites e possibilidades das pessoas com necessidades especiais, fica fácil entender o valor das iniciativas que tratam de minimizar o impacto na noção de “deficiência”, a partir do reconhecimento das potencialidades de cada caso específico. Neste sentido, além do trabalho burocrático legal, será preciso romper paradigmas equivocados e preconceituosos, construídos ao longo dos tempos, Sendo assim, a partir de um recorte que enfocara as pessoas cegas, tentaremos avançar no diálogo com alguns estudiosos para dar conta de compreender melhor o universo destes indivíduos e as reais possibilidades de intervenção no campo pedagógico com a capoeiragem para cidadania.

### 3.4 AMPLIANDO A “VISÃO” SOBRE QUEM NÃO PODE VER

Após a análise histórica feita no item anterior, queremos agora aprofundar um pouco mais sobre alguns aspectos ligados aos problemas na visão, visto que desta forma poderemos

compreender mais detalhadamente esta área que desperta tanto interesse no campo da educação especial.

### **3.4.1 A caminhada histórica do pensamento sobre a cegueira**

Quando fazemos uma retrospectiva histórica, percebemos que os conceitos e pensamentos sobre a cegueira foram sendo alterados no tempo e que estes influenciaram diretamente na forma como a humanidade em geral reconhecia a pessoa cega. Vygotsky (1934 / 1997) em sua obra nos aponta três principais momentos distintos da história., são estes :

- a) O período místico;
- b) Período biológico e ingênuo;
- c) Período científico ou sociopsicológico

Sobre o Período Místico, que está localizado historicamente na Antiguidade, Idade Média e parte da Idade Moderna, podemos destacar dois conceitos distintos sobre a cegueira. Um deles fazia alusão a pessoa cega como um ser indefeso, infeliz, e degradado socialmente. Já o outro conceito atribuía poderes místicos a estes indivíduos pois considerava que a sensibilidade espiritual destes, era mais desenvolvida, pois, pela falta da visão, não sofriam a influência imagética mundana, sendo desapegados das impressões materiais.

O Período Biológico e Ingênuo aconteceu principalmente durante a fase do Iluminismo no século XVIII, época caracterizada pelo avanço no pensamento científico e deslocamento das concepções ligadas a espiritualidade para o plano material. Neste período, a partir da valorização das verdades científicas, foi possível a criação de vários centros de educação na Europa, estimulando o aprofundamento no estudo de questões referentes ao homem e, em particular, sobre a cegueira.

A cegueira passa a ser compreendida como objeto de estudo da ciência desencadeando uma significativa criação de instituições voltadas para os cegos. É justamente nesta fase que surge a teoria da substituição, sendo esta compreendida a partir da lógica de que a falta de um órgão do sentido poderia ser compensada pelo melhor funcionamento dos outros sentidos. Caiado (2003) em sua obra, mesmo reconhecendo o avanço qualitativo em relação ao primeiro período, pelo deslocamento do sentido místico, anteriormente atribuído, para o pensamento científico, este ainda, considera que a concepção de “substituição” esta centrada num pensamento equivocado

sobre o cego, pois, enfoca prioritariamente aspectos biológicos do ser humano, negando a complexidade das relações humanas.

Já no Período Científico ou Sociopsicológico, um entendimento da pessoa cega é alterado, reconhecendo sua capacidade de se reorganizar para compensar a falta de visão. Nesta lógica, não se trata apenas do melhor funcionamento dos outros órgãos, mas sim, da reorganização integral do indivíduo, considerando os aspectos psicológicos e as possibilidades do trato cotidiano em sua vida social.

Em sua obra Vygotsky (1934 / 1937) chama a atenção que no caso das necessidades especiais em geral, bem como nos problemas ligados especificamente à visão, a questão central, prioritariamente, não está no pouco uso ou na ausência de um dos sentidos, mas sim, numa reorganização integral do indivíduo, reconhecendo a cegueira não a partir do estigma da “falta”, mas na perspectiva das capacidades emergentes desta reestruturação.

Nesta perspectiva, se reconhece os limites biológicos da cegueira, contudo estas limitações podem ser atenuadas ou sanadas por um convívio social ativo, que estimule a pessoa cega a se relacionar com os outros e as coisas, de forma que sua existência seja problematizada ao ponto de impelir a estes indivíduos a complexidade educativa das inter-relações cotidianas com a vida.

### **3.4.2 Reflexões sobre a Pessoa com deficiência visual e a sociedade**

Se perguntássemos a um grupo qualquer de pessoas, qual o seu órgão do sentido mais precioso? Provavelmente, nos responderiam que é a visão. Isso porquê a visão se configura no mecanismo pelo qual percebemos as imagens, o todo que nos cerca, e como já dizia o ditado “uma imagem vale mais do que mil palavras”.

No mundo atual somos sugestionados, a todo o momento, por impressões visuais, transparecendo uma idéia de que todas as nossas ações são orientadas unicamente por este sentido, contudo em ações cotidianas como: encontrar objetos em bolsas, digitar números de telefone, tocar instrumentos, vestir, dentre outras, podemos até dizer que visão nos serve de guia destas ações, mas sua ausência não representaria um problema tão grande ao ponto de comprometer a ação em si, contudo, como vivemos num mundo de videntes, a visão acaba por assumir um papel extremamente relevante no desenvolvimento humano, sendo a sua ausência

elevada a um grau de importância muitas vezes a uma dimensão maior do que realmente tem. Fato este que não reconhece a possibilidade do desenvolvimento a partir de outros caminhos sensoriais.

Um aspecto relevante da supremacia da visão, em relação aos sentidos é a noção de que a produção do conhecimento tem origem na visão, sendo esta amplamente interligada na nossa linguagem. Amiralian (1997) e Oliveira (2000) lembram que desde os primórdios da antiguidade os conceitos de “conhecer” e “ver” se mesclam. No dia-a-dia, não é difícil perceber a utilização do verbo “ver” não só para a ação de olhar algo, mas também no sentido de conhecer; um exemplo freqüente disso é a expressão “Você viu o que aconteceu com fulano?”. Neste caso, o verbo “ver” pode estar muito mais ligado ao “estar sabendo” do que exclusivamente ao ato de ver. Esta relação de significados para além da visão não se restringe apenas ao verbo ver, muitos outros vocábulos derivados das palavras ver e olhar também estão carregados de outras significações ligadas à supremacia da visão, como por exemplo: pontos de vista, revisão, amor cego, olho gordo, dentre outros.

Somado a isso, as idéias relacionadas a luz também são influenciadas pela relação entre claridade e sabedoria, e em seu contraponto, entre escuridão e ignorância, bem como lucidez, mente iluminada, dentre outros. O conjunto destes sentidos atribuídos a cegueira também se refletem na literatura desde a antiguidade, em mitos, história da Bíblia e ficções, em que a cegueira é compreendida como castigo ou punição (Édipo, Homero), ou como pureza, espiritualidade e outros.

De acordo com Amiralian (1997), retrata as concepções populares sobre a cegueira a partir de uma variação em pólos opostos, considerando o cego desde como indefeso, coitado, detentor de um saber sobrenatural e até mesmo capacitado para desvendar mistérios que os videntes não conseguem. Também podemos citar a ambigüidade entre bom e mal, sendo o cego percebido com estritamente bom ou como a pessoa má na história.

Mesmo oscilando a forma interpretativa da pessoa cega, freqüentemente as mesmas são interpretadas como indivíduos “especiais”, possuindo características profundamente diferenciadas das outras pessoas como decorrência da condição de cegueira, isto tanto na literatura como na mídia em geral. Este fato contribui para uma interpretação equivocada da pessoa cega, negando sua condição humana, que o afirma como pessoa que possui inúmeras características em comum com os ditos “normais”.

Para Oliveira (2002), que aborda em sua obra, por meio de uma extensa pesquisa etimológica, algumas possibilidades semânticas do conceito de cegueira na cultura ocidental, estas se configuram apoiadas em de quatro termos associados a cegueira: escuridão, confusão, oclusão e fumaça. Dessa forma, fica fácil perceber o quanto a palavra cegueira está relacionada a conceitos de inferioridade.

O conjunto de relações etimológicas apresentadas estão centradas no preconceito e no erro de se atribuir à pessoa cega limitações que vão muito além da perda da visão, pois tratam de uma incapacidade geral para a vida cotidiana.

Lima et al (2000), ao questionarem o fato de não ser ensinado aos cegos o conhecimento de desenhos tangíveis, mapas táteis e outros, afirmam:

Resposta a isso pode ser encontrada na crença e no Embasamento filosófico das teorias que sustentam a superioridade da visão sobre os demais sentidos, inclusive o tato; na crença da incapacidade de os cegos compreenderem padrões bidimensionais pelo tato, uma vez que não tem experiência visual; e na crença de que só a visão poderia oferecer informações que permitiriam ao sujeito reconhecer figuras, mapas e gráficos adequadamente. (LIMA & COLS, 2000, p.53)

Estes autores chamam a atenção para o fato de filósofos importantes como Aristóteles e Locke considerarem a visão como o sentido mais importante do homem; contudo, este posicionamento já está tendenciando a se modificar, pois muitas pesquisas têm atualmente evidenciado avanços no desenvolvimento de pessoas cegas, que antes só eram imagináveis nos videntes.

Os problemas na visão podem ser divididos em dois tipos: a cegueira e a visão subnormal (reduzida). Para Oliveira (2002, p.40), a cegueira define-se como deficiência visual em nível máximo.

[...] é estado de amaurose, em que a visão absolutamente não ocorre, ou então acha-se reduzida quanto à acuidade visual central em um patamar igual ou inferior a 6/60 na escala Snellen<sup>7</sup>; em situação de cegueira, o campo visual não excede a 20 graus, sempre tomando como parâmetro o melhor olho, tendo sido realizada correção ótica.

---

<sup>7</sup> A escala Snellen constitui fileiras de letras de tamanhos decrescentes que devem ser lidas a uma distância de 20 pés, ou 6,10 metros, aproximadamente. A fração 60/60 corresponde a visão normal propriamente dita. Esta escala é comumente usada para caracterizar a cegueira, quando aos aspectos quantitativos são priorizados, geralmente segundo propósitos médicos e legais, o que permite à pessoa o direito ao atendimento previsto na lei e obtenção de benefícios junto à previdência social, estabelecendo o exercício da cidadania, variando com a constituição de cada país. (CRÓS; et al. 2006).

A cegueira se delimita em função de dois parâmetros básicos, a acuidade visual e o campo de visão:

a) Acuidade visual: grau de resolução do olho, quer dizer, a capacidade para discriminar entre dois estímulos visuais distintos a uma determinada distância. Podemos distinguir dois elementos: 1) a distância que se distingue um objeto e 2) a distância do ângulo formado pelos olhos ao olhar o objeto.

b) Campo visual: grau de percepção das diferenças que pode atingir o olho humano em cada direção. O campo visual normal tem seus limites em sua parte externa ou temporal de 90°, em sua parte superior de 50° e na inferior de 70°.

Segundo as diretrizes para a Educação Especial na área de deficiência visual do MEC,

Cegueira: redução da acuidade visual central desde cegueira total (nenhuma percepção de luz) até acuidade visual menor que 20/400p (ou seja, 0,05) em um ou ambos os olhos, ou redução do campo visual ao limite inferior a 10°.

Visão subnormal (visão reduzida): Acuidade visual central maior que 20/400p. até 20/70p. (ou seja, 0,3) (WHO) (OMS) International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps. Geneva 1980.

Ainda complementando a conceituação, faremos uma delimitação conceitual de alguns problemas na visão humana, considerando que a vista tem como função a percepção da forma e das características dos objetos, como a cor e a luminosidade.

Existem diferentes formas de classificação para a perda da visão, são elas:

- Cego: Pessoa que tem só a percepção da luz, ou aqueles que não conseguem ver nada. Do ponto de vista educacional, a pessoa cega é aquela que aprende mediante o sistema Braille e não pode utilizar sua visão para adquirir nenhum conhecimento, mesmo que a percepção da luz possa ajudar-lhe em seus movimentos e orientação espacial;

- Baixa visão: Pessoas limitadas em sua visão a distância, mas que podem ver objetos a poucos centímetros. A maioria destas pessoas podem utilizar sua visão para muitas atividades escolares, alguns poucos para ler e outros para complementar sua aprendizagem visual com o tato.

- Limitado visual: É o termo que se refere às pessoas que de alguma maneira estão limitadas no uso de sua visão. Podem ter dificuldades para perceber materiais comuns para aprendizagem, sem contar com uma iluminação especial ou podem não ver objetos a certa distância, a menos que estejam em movimento. Pode ser também que precisem usar lentes ou lupas especiais para utilizarem a visão que possuem;

- Impedimento visual: A palavra denota qualquer desvio clínico na estrutura ou funcionamento dos tecidos ou partes do olho. O impedimento pode ser na parte central do olho. Neste caso, a pessoa poderá ter uma boa visão periférica, mas terá dificuldade para ver detalhes finos, contudo também podemos perceber este problema numa situação contrária, quando o impedimento localiza-se na região periférica, causando o que comumente se conhece como “visão tubular”. A pessoa pode ter uma visão central muito boa ao focar um ponto determinado, mas não pode ver fora da zona central;

- Percepção visual: Habilidade para interpretar o que se vê, ou seja, e a condição de compreender e processar toda informação recebida através do sentido da visão. A informação que chega do olho deve ser recebida no cérebro, codificada e associada a outras informações. Também em caso de impedimentos ou quando a acuidade é pequena o cérebro recebe impressões visuais e pode interpretá-las com relativa exatidão. A percepção visual é um processo decisivo que se relaciona mais com a capacidade de aprendizagem da criança que com sua condição visual.

### **3.4.3 A perda da visão**

A compreensão sobre o mecanismo de funcionamento da visão e seus possíveis problemas que implicam na perda deste sentido fundamental para a vida humana, se constitui como uma necessidade importante, haja vista que queremos verificar os limites e possibilidades do ensino da capoeira no campo educacional para a pessoa com problemas na visão.

O aparelho visual compõe-se de quatro partes: retina, vias ópticas, centro visual cortical e centro psíquico. O processo de perda da visão pode iniciar-se em qualquer uma delas. Assim, a anulação funcional da retina acarreta a falta de recepção sensorial do estímulo luminoso; a interrupção das vias ópticas implica a falta de transmissão da recepção retiniana aos centros corticais; a destruição ou anulação do centro cortical da visão tem como consequência a falta de

recepção cerebral; a anulação das conexões da esfera visual com os centros psíquicos impede a identificação psíquica do ato visual.

Há um percentual relativamente elevado de casos de cegueira congênita. Esta tanto pode decorrer de malformações oculares ou cerebrais quanto de certas doenças intra-uterinas que afetam o globo ocular do feto, como a toxoplasmose e a sífilis. A rubéola, quando adquirida pela mãe nos três primeiros meses de gravidez, também pode provocar a cegueira do feto.

Nos casos de cegueira adquirida em decorrência de traumatismo, este pode ser causado por pancadas, explosões ou outros acidentes capazes de afetar o aparelho visual. De modo geral esses problemas são resolvidos com intervenções cirúrgicas. Outra causa é a ingestão de certos medicamentos, como a quinina, ou a intoxicação causada pelos sais de chumbo. As doenças infecciosas, lepra, meningite, difteria, escarlatina, e mesmo algumas não contagiosas, como a diabetes melitus, podem provocar problemas de retina ou catarata.

Nas regiões tropicais e glaciais, os casos de cegueira são mais numerosos que nas zonas temperadas. Em relação às primeiras, porque há maior incidência e diversidade de doenças infecciosas; nas regiões glaciais, em virtude do drástico reflexo dos raios solares sobre a neve, após muitos meses de escuridão. Existem ainda diversas modalidades específicas de cegueira que afetam o sistema nervoso, como a chamada cegueira nervosa associada às lesões das vias ópticas; a cegueira cortical, provocada pela deterioração dos lóbulos occipitais; e a cegueira psíquica, também denominada agnosia visual, que se caracteriza pela incapacidade de reconhecer objetos, mesmo quando o aparelho visual se apresenta íntegro.

Ao analisarmos as questões relativas a estigmas, preconceitos, o desenvolvimento do aparato legal para a educação especial e por fim os aspectos mais detalhados que envolvem os problemas de visão podemos dialogar com algumas possibilidades no que se refere à educação da pessoa com necessidades especiais; neste sentido, no decorrer deste trabalho apresentaremos algumas dificuldades e perspectivas para o uso da capoeira enquanto estratégia pedagógica e suas implicações para o exercício da cidadania.



## **4 CAPOEIRA E SUAS POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA PESSOAS COM DEFICIENCIA VISUAL**

*O saber “entra” pelos sentidos e não somente pelo intelecto.  
Frei Betto*

Considerando a prática pedagógica a partir da capoeira como objeto de análise, faremos nesta parte do trabalho um recorte sobre as possibilidades da mesma no campo da educação formal, em particular com pessoas que apresentam deficiência visual. Para tanto, ampliaremos o diálogo com alguns autores da área, no intuito de permitir uma aproximação maior entre o universo da capoeiragem, seus saberes, e as reais necessidades para um trabalho, no sentido da cidadania, em Educação Especial. Sendo assim, iniciaremos discutindo algumas questões sobre desenvolvimento e aprendizagem.

### **4.1 DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CAPOEIRA**

As questões referentes ao desenvolvimento e aprendizagem humana ainda hoje são motivo de muita controvérsia no meio acadêmico, pois os teóricos desta área não possuem um mínimo consenso sobre a questão, sendo assim buscaremos aqui refletir sobre algumas proposições a partir do diálogo com autores que discutem este assunto e seguiremos nos aproximando da referência que melhor possibilite a ampliação na produção do conhecimento sobre as necessidades educativas referentes ao ensino-aprendizagem para pessoas cegas no trabalho com a capoeira.

Sobre desenvolvimento e aprendizagem, antes de apresentar nossa posição teórica, podemos inicialmente dialogar com três possibilidades, que segundo Vygotsky (2003) são defendidas pelos teóricos de psicologia da Educação. A primeira delas defende a idéia de que o aprendizado sempre dependerá da fase de maturação do indivíduo, ou seja, que o desenvolvimento sempre será fator principal, necessário e pressuposto para o aprendizado, excluindo a idéia de que o aprendizado pode ter um papel no curso do desenvolvimento ou maturação daquelas funções ativas no decorrer do próprio processo de aprendizagem. De acordo com Vygotsky:

De forma similar, os clássicos da literatura psicológica, tais como os trabalhos de Binet e outros, admitem que o desenvolvimento é sempre um pré-requisito para o aprendizado e que, se as funções mentais de uma criança (operações intelectuais) não amadureceram a ponto de ela ser capaz de aprender um assunto particular, então nenhuma instrução se mostrara útil. Eles temem, especialmente, as instruções pré-maturas, o ensino de um assunto antes que a criança esteja pronta para ele. Todos os esforços concentram-se em encontrar o limiar inferior de uma capacidade de aprendizado, ou seja, a idade numa qual um tipo particular de aprendizado se torna possível pela primeira vez. (2003, p.104)

A segunda grande posição teórica defende que o desenvolvimento acontece simultaneamente ao aprendizado, mas reduz o aprendizado a um conjunto de ações reflexas, que vão paulatinamente superando as respostas inatas; contudo, apesar de muita semelhança com a primeira posição teórica, existe uma diferença marcante em relação ao tempo entre desenvolvimento e aprendizado, pois na primeira, o processo de aprendizado depende diretamente do desenvolvimento (maturação), que precisa sempre antecipar a aprendizagem.

Já a terceira, se baseia na combinação das outras duas, tentando superá-las, a partir da negação dos posicionamentos extremistas das anteriores. Um exemplo claro desta abordagem é a teoria de Kafka, segundo a qual o desenvolvimento se baseia em dois processos inerentemente diferentes, embora relacionados, cada um influencia o outro, estando de um lado à maturação, que depende diretamente do desenvolvimento do sistema nervoso, de outro o aprendizado, que é em si mesmo, também um processo de desenvolvimento. Sendo assim, esta terceira nos apresenta três aspectos novos: A combinação das outras duas, a consideração de que tanto a maturação como o aprendizado são processos de desenvolvimento, e por fim o amplo papel que ela atribui ao desenvolvimento da criança.

Mesmo tendo um posicionamento contrário às posições teóricas anteriores, foi pertinente discuti-las, pois assim poderemos avançar no diálogo sobre as questões de aprendizagem para pessoas cegas com a capoeira, a partir da referência de Vygotsky, considerando a proposição do aprendizado na zona de desenvolvimento proximal (ZDP), que consiste no processo de aprendizado daquilo que podemos fazer com o auxílio de outra pessoa, ou seja, é a diferença entre aquilo que fazemos isoladamente e o que potencialmente faríamos com o auxílio de alguém. Segundo Vygotsky (2003, p.112),

Ela é a distancia entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de

desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com os companheiros mais capazes.

Um outro fator relevante é que a ZDP considera o nível de saberes diferentes dos indivíduos envolvidos na ação educativa, reconhecendo o conhecimento prévio de cada um deles e seus possíveis intercâmbios, como “combustível” para o desenvolvimento e aprendizado de todos, a partir de uma intencionalidade pedagógica organizada pelo facilitador, neste sentido as diferenças em relação a maturação e aprendizagem, não se firmaram como agentes dificultadores do processo e sim como motivadores da ação pedagógica. Dessa forma, a roda de capoeira para pessoas cegas poderá despertar a produção de conhecimento em diversas áreas que são necessárias para a melhoria das “condições de vida” destes indivíduos, considerando que neste espaço (roda) podemos tocar, cantar, jogar, enfim, aprender com as diferenças das pessoas e dos recursos educativos presentes no meio da capoeira.

Conforme a Figura abaixo, retirada de um artigo da revista *Super Interessante*, é possível observar esta multiplicidade de diferentes funções e indivíduos que compõem a roda de capoeira.



(PETTA, 1996, p.50).

No jogo, várias situações poderão desenvolver o equilíbrio dinâmico, a noção de tempo/espaço, força, agilidade, dentre outras. Considerando que tudo isso será potencializado por uma forte relação de parceria entre as pessoas.

## 4.2 JOGO, ARTE, LUDICIDADE E EDUCAÇÃO

Como foi visto anteriormente, o processo de aprendizagem humana denota uma complexidade muito grande e ainda apresenta consideráveis divergências entre os estudiosos; mesmo assim, queremos considerar a perspectiva de zona de desenvolvimento proximal como aquela que mais se aproxima de nossa opção metodológica para o trabalho com pessoas cegas a partir do jogo da capoeira. Sendo assim faremos uma abordagem sobre a relevância do jogo no processo educativo, tendo na ludicidade deste, um recorte para análise de contribuições, considerando as implicações deste processo na formação humana e relações sociais. Segundo Almeida (2000, p.11),

[...] educar não é um ato ingênuo, indefinido, imprevisível, mas um ato histórico (tempo), cultural (valores), social (relação), psicológico (inteligente), afetivo, existencial (concreto) e, acima de tudo, político, pois, numa sociedade de classes, nenhuma ação é simplesmente neutra, sem consciência de seus propósitos.

A prática do jogo sempre esteve presente na vida humana desde os primórdios. Estudos feitos comprovam que as primeiras manifestações de ludicidade datam da Grécia Antiga, em que um dos maiores pensadores, Platão (427-348), afirmava que os primeiros anos da criança deveriam ser ocupados com jogos educativos, praticados em comum pelos dois séculos.

Platão acreditava que a Educação propriamente dita deveria começar aos sete anos de idade. O esporte, tão difundido, tinha um valor educativo e moral. Colocava-se em pé de igualdade com a cultura intelectual, possuindo uma estreita relação com a formação de caráter e personalidade, ou seja, o esporte era tão importante quanto a sua vida como cidadão. Sendo assim, Platão investia contra a competitividade nos jogos, pois, para ele, causavam danos à formação das crianças e dos jovens.

Os egípcios e romanos também utilizavam o jogo como instrumento para a geração mais jovem aprender com os mais velhos, desde valores, conhecimentos e até normas dos padrões de vida social.

Na atualidade, uma das funções mais relevantes do jogo e da ludicidade, é aquela que permite ao indivíduo diversificar os significados (caráter transitório) da brincadeira. E esse significado pode representar alegrias, angústias, tristezas, desejos e conhecimentos, isto sempre

de acordo com as situações vivenciadas por ela. Desta forma, pela mediação da brincadeira é possível construir a subjetividade, aprendendo simbolicamente sobre o mundo e se desenvolvendo. Desse modo, no trabalho com pessoas cegas, mediante o jogo, podemos aprender com os significados dos objetos e das situações, que a vida cotidiana pode e devera ser construída e alterada da mesma forma, isto é, com uma participação ativa de cada indivíduo.

Na verdade o processo que leva a criança ao jogo se da, pois, a mesma vive agitada e em intenso processo de desenvolvimento corporal e mental. Nesse desenvolvimento se expressa a própria natureza da evolução e esta exige a cada instante uma nova função e exploração de nova habilidade. Essas funções e essas novas habilidades, ao entrarem em ação, impelem a criança a buscar um tipo de atividade que lhe permita manifestar-se de forma mais completa. A imprescindível linguagem dessa atividade é o brincar, é o jogar. Portanto a brincadeira infantil está muito mais relacionada a estímulos internos que a contingências exteriores. A criança não é atraída por algum jogo por forças externas inerentes ao jogo e sim por uma força interna, pela chama acesa de sua evolução. É por essa chama que busca no meio exterior os jogos que lhe permitem satisfazer a necessidade imperiosa posta por seu crescimento.(ANTUNES, 1998, p.37)

O jogo representa uma função fundamental para o indivíduo, não só para distração e descarga de energia, mas, fundamentalmente, como forma de assimilação da realidade, visto que a atividade lúdica supõe uma ordenação da realidade, seja ela subjetiva e intuitiva, ou objetiva e consciente. Dessa maneira, o sentido que será conferido ao jogo apresentará um conteúdo específico escolhido pelo educador para construção de saberes peculiares e necessários à prática cotidiana.

No trabalho com cegos, a intencionalidade pedagógica do jogo é o que dará a garantia de significação formativa desta atividade, pois o jogo precisará ser planejado e adaptado como agente potencializador da valorização de uma unidade na compreensão humana, considerando todas as perspectivas que superem o impacto da cegueira pelo uso dos outros sentidos e de todas as potencialidades da pessoa cega.

O componente lúdico do jogo facilitará o aprendizado na construção de saberes fundamentais para a vida cotidiana da pessoa cega, pois esta poderá desenvolver-se a partir das brincadeiras no convívio social da atividade. Desta forma, a capoeira, enquanto jogo lúdico, possibilitará inúmeros benefícios para estes indivíduos, visto que esta arte é historicamente símbolo também de ludicidade.

Pensando na capoeira como arte, podemos perceber uma de suas funções primeiras no que se refere aos aspectos cognitivos e pedagógicos, que é o fato da mesma nos apresentar eventos pertinentes à esfera dos sentimentos que comumente não são acessíveis ao pensamento discursivo. No jogo artístico, somos conduzidos a conhecer nossas experiências vividas, que não podem ser expressas pela linearidade da linguagem. A roda de capoeira nos leva a experiências que são essencialmente sentimentais, possibilitando um autoconhecimento mais apurado do ser humano e toda sua complexidade.

Uma outra questão relevante sobre a arte é que no desenvolvimento da sensibilização humana, nos potencializamos a agilidade da imaginação, libertando a mente dos pensamentos rotineiros e criando possibilidades inventivas para superação de conflitos cotidianos.

Segundo Duarte Jr (1996, p.105),

Numa civilização onde cada vez são mais estreitos os espaços destinados a imaginação, onde o racionalismo elegeu o “realismo” como norma de ação, e onde até mesmo o prazer deve ser comprado, a arte pode constituir-se num elemento libertador. Justamente por negar a supremacia do conhecimento exato, quantificável, em favor da lógica do coração. Por guardar em si um convite para que a imaginação atue, em favor da vida dos sentimentos.

Nesta educação pelos sentidos, queremos não só sensibilizar o indivíduo para o mundo que o cerca, mas também desenvolver possibilidades de compreensão dos próprios sentimentos, inclusive para os aspectos cognitivos e pedagógicos, considerando no caso da pessoa cega o aprimoramento perceptivo de seus sentidos, tato, audição e olfato, que são tão negligenciados num mundo dependente das impressões visuais.

Destacamos também a arte como elemento de ligação do homem com a produção cultural de seu tempo e, conseqüentemente, com todo potencial educativo dessas expressões. Sendo assim, a capoeira poderá representar mais um mecanismo para a pessoa cega entrar em contato com o acervo cultural de seu tempo.

Ainda de acordo com este autor:

Cada cultura possui uma forma própria de *sentir*: um determinado sentimento básico, comum a todos os seus membros, tal sentimento caracteriza o que chamamos de “personalidade de base” ou “personalidade cultural”. E ainda, as culturas “civilizadas” são *históricas*, ou seja, modificam-se no tempo, alterando seus sentimentos, sentidos e construções. Pois bem: neste contexto, a arte

caracteriza-se por exprimir – em relação as questões da existência humana – os sentimentos da cultura e da época que foi produzida. (DUARTE JR., 1988, p.109)

Após estas considerações sobre o jogo, a arte, a ludicidade e a educação, partiremos para um diálogo mais específico com autores que tratam das possibilidades de intervenção, no intuito de tentarmos operacionalizar alguns dos pensamentos expressos ao longo do presente estudo.

#### 4.3 O “MOVIMENTO” E A CAPOEIRA

O “movimento” tem papel de grande relevância no desenvolvimento humano, sendo fundamental na construção da cultura corporal. Por isso, é papel preponderante das instituições de Educação Especial, em particular as que atendem pessoas com deficiência visual, criar possibilidades materiais, estruturais e pedagógicas para a construção de um universo que possibilite o trato com situações-problema no campo do movimento, pois desta forma serão potencializadas as suas propriedades benéficas na edificação de melhorias no campo afetivo, motor, cognitivo e social.

Em sua obra, Soares (1992) afirma que a espécie humana não tinha, na época do homem primitivo, a postura corporal do homem contemporâneo. Aquele era quadrúpede e este é bípede. A transformação ocorreu ao longo da História da Humanidade, como resultado da relação do homem com a natureza e com os outros homens. O ergue-se, lenta e gradualmente, até a posição ereta corresponde a uma resposta do homem aos desafios da natureza. Talvez necessitou retirar os frutos da árvore para se alimentar, construindo uma atividade corporal nova: “ ficar de pé”. Segundo Golkman (1989, p.82),

Orientação e Mobilidade são necessidades primordiais e não devem ser ignoradas. Só quando estabelecerem programas de Orientação e Mobilidade em todas as escolas, e o professor (...) tomar consciência da necessidade de desenvolver tais programas é que começaremos a ver que a maioria das crianças cegas se tornaram adultos capazes, independentes e livres.

Vale ressaltar que a idéia de movimento aqui assumida extrapola o sentido de mobilidade, mesmo reconhecendo este como parte do conceito. Queremos, neste momento específico,

dialogar com uma perspectiva que negue a passividade, ou seja, ressalte a forma através da qual o homem busca alcançar algum objetivo, portanto consideramos que nesta lógica de movimento, inserem-se aspectos não só de caráter puramente motor, como também de ordem cognitiva, afetiva, psicológica, social e política. Neste sentido, Coimbra (2003, p.163) assegura que:

O movimento tem no corpo o seu instrumento de realização. O corpo em movimento é e sempre foi o que permitiu a sobrevivência humana, desde os tempos primitivos, através da busca do domínio da natureza e da manutenção das relações sociais necessárias para sua vida enquanto parte de um grupo, ou seja, da comunicação e interação sociais.

Por, em sua essência, a capoeira ser uma atividade eminentemente dinâmica, enfocando no jogo da roda de capoeira um de seus momentos mais sublimes e característicos, e por este jogo se consolidar a partir de movimentos corporais, deduzimos que a capoeira funciona como importante agente facilitador no trato com o movimento na Educação de pessoas cegas. Através da atividade com a capoeira, o indivíduo poderá facilmente familiarizar-se com as possibilidades do próprio corpo, pois os exercícios que permeiam a prática dessa arte envolvem todas as partes do corpo, inclusive contando com a aquisição de gestos que são associados a uma cadência rítmica em dinâmicas que fortalecem a integração dos envolvidos, ajudando no amadurecimento das noções tempo-espço, além de desenvolver, cada vez mais, uma atitude de interesse e cuidado com o próprio corpo.

O diálogo corporal que envolve os jogadores numa roda de capoeira simula posturas dialéticas entre dança e luta, resguardadas por um código ético ancestral que cria uma relação simbólica de interdependência entre os jogadores, que disputam entre si a partir da ambigüidade de superação do outro “com” o outro, ou seja, a noção de “ganho”, na mesma medida em que esta atrelada ao individual pertence também à dupla, pois não existe bom jogo de capoeira que dependa exclusivamente da atuação de um só indivíduo. Desta forma, o uso das pernas, braços e todo o corpo precisa necessariamente estar condicionado a todo esse simbolismo relacional da constante “negociação” entre defesa e ataque, cair e levantar, ir e vir, usando o próprio corpo como estratégia de comunicação de intenções veladas ou explícitas desse diálogo corporal. Sobre o jogo, segundo Sodré (2005, p.153),



Então, mobilizam-se totalmente os corpos dos jogadores, mãos, pés, joelhos, braços, calcanhares, cotovelos, dedos, cabeças combinam-se dinamicamente em esquivas e golpes, de nomes variados: aú, rasteira, meia lua, meia lua de compasso, martelo, rabo de arraia, bênção, chapa de pé, chibata, tesoura e muitos outros.

Este “jogo” propõe uma negociação constante entre os jogadores na capoeira, fato que nos remete a uma proposta educativa que exigirá do educando mais ponderação, dialogicidade e respeito ao próximo, pois no constante ir e vir dos movimentos se estabelece a metáfora da vida cotidiana de um sujeito político, que precisa estar atento no “jogo” da sociedade moderna.

Por outro lado, este exercício do jogo de se relacionar com o outro, com o “diferente”, mesmo dentro da unidade de parceria da dupla, fortalece a idéia de aceitação das diferenças, desenvolvendo a perspectiva da diversidade como base de referência para o crescimento e produção de conhecimento. Isto é, talvez quando a circularidade da “roda” chegar à sala de aula, quando a “diferença” for um princípio educativo e não um problema, quando os educandos forem uma unidade de parceria, mesmo com suas particularidades, talvez neste dia teremos verdadeiramente edificada uma alternativa educacional mais justa e condizente com a realidade brasileira.

Para a pessoa cega, além de todas estas questões já citadas em relação ao “movimento”, temos que considerar o seu referencial perceptual, pois o mesmo não pode ser considerado da mesma forma que o do vidente, haja vista que o mundo é percebido primeiro através de outros canais sensoriais que não os utilizados pela maioria da população, o que acarreta certas dificuldades na sua vida cotidiana. Assim, a referência perceptual das pessoas cegas é identificada, principalmente, pelos seus esquemas corporais, que incluem a utilização do tátil, do auditivo, do sinestésico e do olfativo. Por isso, a capoeira surge como recurso pedagógico a partir de expressão corporal, pois em sua estrutura podem ser combinados diferentes esquemas corporais. Para Reis (2000, p.182),

No esquema corporal a orientação primordial é para baixo, com o privilégio dos quadris e dos pés. O deslocamento dos quadris produz a ginga que é a movimentação básica da luta, a partir da qual os capoeiristas armarão seus golpes e contra-golpes em sua quase totalidade executado com os pés.

A capoeira poderá auxiliar na melhoria das diferentes qualidades físicas e dinâmicas do movimento, pois são freqüentes as situações em que os alunos são convidados a simularem movimentos. A começar pelos movimentos naturais, a exemplo da ginga, que nada mais é do que uma variação do ato de andar, até situações de maior elaboração técnica, melhorando a condição do andar, correr, pular, trepar, equilibrar, rolar, além de trabalhar força, velocidade, resistência e flexibilidade, aliado a um suporte lúdico, que é fator preponderante para a prática da capoeira e nas intervenções pedagógicas com crianças. Segundo Rego (1968, p.359), que compartilha da idéia de que luta e brincadeira são componentes da capoeira: “primitivamente a capoeira era o folguedo que os negros inventaram para os instantes de folga e divertirem a si e os demais nas festas de largo, sem, contudo, deixar de utilizá-la como luta no momento preciso para sua defesa”. Esta ambigüidade entre ludicidade e luta podem se configurar em excelente estratégia pedagógica para a prática corporal com pessoas cegas, visto que será possível desenvolver uma série de alternativas educativas associadas ao movimento e às necessidades desses indivíduos.

A expressão corporal numa roda de capoeira, por outro lado, tem o poder de fazer emergir a partir da ludicidade do jogo os sentidos, ou seja, os significados próprios que cada indivíduo atribui às coisas, porque esses significados subjetivos encontram-se imbricados na relação do seu corpo com tudo que existe ao redor. Para a pessoa cega, esta relação é ainda mais forte, uma vez que ela se encontra ainda não condicionado às características visuais que todos os videntes percebem, em geral, da mesma forma e que para ele não tem significado, por exemplo, a explicação da forma de um berimbau, associada à percepção tátil e auditiva terão um sentido completamente diferente para um indivíduo cego.

Os movimentos de uma pessoa com deficiência visual já contêm em si uma carga da expressão de sua subjetividade, constituindo-se enquanto tal, numa característica imbricada ao seu relacionamento com o mundo ao seu redor. Em nossas observações foi possível perceber que boa parte das pessoas cegas, de nosso grupo focal, deslocam-se contraindo os ombros e com passos curtos, fato este que pode ser um indicativo de pouca autonomia motora, medo... Desta forma, a melhoria no campo do movimento poderá refletir paulatinamente no desenvolvimento de aspectos relevantes para a cidadania e qualidade de vida cotidiana. Segundo Menescal (2001, p.45),

A caracterização do estágio de desenvolvimento motor da criança cega apresentam-se com frequência as seguintes desvantagens: equilíbrio falho, mobilidade prejudicada, esquema corporal e sinestésico não interligados, locomoção dependente, postura defeituosa, expressão corporal e facial muito raras, coordenação motora bastante prejudicada, lateralidade e direcionamento não estabelecido inibição voluntária não controlada, falta de resistência física, tônus muscular inadequado e falta de auto-iniciativa para ação motora. (2001, p.45).

Neste sentido, o trabalho com a capoeira, utilizando o contato com o próprio corpo e os dos seus pares, ressaltando o trato com a imagem ou consciência corporal, será fundamental no desenvolvimento de situações multisensoriais de aprendizagem que irão garantir a capacidade de percepção e posicionamento acerca da realidade, transformando a pessoa cega em um sujeito ativo na sociedade, capaz de se posicionar, criticamente, com autonomia e criatividade.

#### 4.4 A CAPOEIRA E SUA MUSICALIDADE

Uma das grandes possibilidades educativas é a música, que como todas as demais formas de arte, significa expressão de sentimentos, comunicação, revelação do belo, criatividade... A música desde os primórdios da humanidade esteve presente em todas as manifestações humanas de alegria, dor, esperança, fé, amor, etc, expressando-se das mais variadas formas, nos mais diversos grupos e em todas as etapas evolutivas, sendo que já na Grécia antiga era considerado como fundamental para a formação dos futuros cidadãos ao lado da matemática e da filosofia.

A possibilidade de integração entre os aspectos sensíveis, afetivos, estéticos e cognitivos, bem como a promoção das relações interpessoais, conferem um significativo papel a linguagem musical, sendo esta considerada uma das mais importantes formas da expressão humana, justificando sua relevância no ambiente educacional e em particular para pessoas com deficiência visual, principalmente pelas especificidades deste público. Neste sentido, queremos dialogar com as contribuições desta arte na área da educação, fazendo as interlocuções com a capoeira e o desenvolvimento de pessoas cegas.

A musicalidade na capoeira tem papel fundamental, pois dela se desencadeia boa parte do processo “ritualístico” da capoeira, ou seja, é a partir da musicalidade que os movimentos são executados, os instrumentos são tocados e as cantigas entoadas. Portanto, toda a

contribuição da musicalidade no processo pedagógico poderá facilmente ser transportado para a intervenção da capoeira neste contexto, haja vista que a mesma é condição fundamental para a prática na capoeiragem. De acordo com Decânio (1996, p.51);

Na capoeira, o ritmo ijexá, especialmente tocado pelo berimbau, conduz o ser humano a um nível vibratório, dos sistemas neuro-endócrino e motor, capaz de manifestar, de modo espontâneo e natural, padrões de comportamento representativos da personalidade de cada Ser em toda sua plenitude neuro-psico-cultural, integrando componentes genéticos, anatômicos, fisiológicos, culturais e experiências vivenciadas anteriormente, quiçá inclusive no momento.

O ritmo, elemento potencialmente explorado na musicalidade da capoeira, tem o poder gerador de impulso e movimento no espaço, desenvolvendo a motricidade e a percepção sensorial, além de induzir estados afetivos, contribuindo para algumas aquisições, tais como: Linguagem, leitura, escrita e lógica matemática, pois estarão sendo trabalhadas as funções básicas destas referidas habilidades. Segundo Boulch (1982, p. 182),

A associação do canto e do movimento permite a criança sentir a identidade rítmica, ligando os movimentos do corpo e os sons musicais. Estes sons musicais cantados, emitidos pelas crianças e ligados a própria respiração, não têm o caráter agressivo que pode revestir um tema musical no qual a criança deve adaptar-se aos exercícios de sincronização sensório-motora. Esta atividade representa um estágio prévio ao ajustamento e um suporte musical imposto à criança.

O trabalho musical da capoeira poderá proporcionar o ajustamento rítmico do indivíduo correlacionando a noções de tempo-espaço, o que favorece um maior equilíbrio emocional da mesma, melhorando as relações com os outros colegas desde o respeito do ritmo do outro e de si mesmo.

Na utilização dos instrumentos da capoeira (berimbau, pandeiro, atabaque e outros) podemos estar dando significativa contribuição no que tange ao desenvolvimento da coordenação motora fina, pois a partir do manuseio desses instrumentos a pessoa portadora de deficiência visual perceberá as implicações de gestos menores (finos), relacionados aos objetos, o que possibilitará uma melhoria no processo de escrita, dentre outros, em que esta habilidade é necessária. Ainda podemos perceber o importante papel dos instrumentos musicais, como objeto

material, no trabalho com crianças a partir do segundo ano de idade .Segundo Lê Boulch (1982, p.39),

A investigação no mundo dos objetos traduz-se por uma atividade percepto-motora que vai permitir a aquisição rápida das práxis, assegurando o desenvolvimento da função de ajustamento, dando um suporte à organização perceptiva. Por outro lado, a ação sobre o objeto permite a criança experimentar o peso e a resistência do real.

Um outro aspecto importante sobre a musicalidade é que a capoeira tem, tradicionalmente, sua difusão pautada na oralidade, que nas cantigas se configura como um mecanismo importante de desenvolvimento fisiológico da fala, ou seja, com exercícios específicos, fazendo a respiração correta, diafragmática, respirando pelas narinas leva a uma emissão correta, com bom uso do aparelho fonador, significando falar bem, cantar bem, expressar-se bem reproduzindo sons, fonemas, palavras, com dicção, de forma clara e possível de ser entendida, conseqüentemente aprendida.

Ainda consideramos relevante no trabalho com musicalidade e capoeira, a transmissão da cultura de geração para geração, ou seja, as letras das cantigas são carregadas de ditos populares e parábolas que traduzem posturas morais, cívicas e afetivas, que quando bem orientadas por uma intenção pedagógica crítica e com nexos na totalidade, podem servir de estratégia na construção de uma sociedade mais justa e humana. Como exemplo, podemos citar esta cantiga da capoeira de domínio público:

Capoeira manha de preto velho  
Nascida no tempo da escravidão  
Capoeira levou a raça negra  
Ao caminho de sua libertação

Eu vou dizer a você  
E digo do fundo do coração  
Essa dança  
Essa luta brasileira

Faz o povo vibrar de emoção  
De Nova York ao México  
Ou do Rio de Janeiro até o Japão

E no toque do berimbau viola  
Seja São Bento Grande ou Angola

E que o jogo rola normalmente  
Vou dizer  
E, e, e, Capoeira é do povo é da gente

A musicalidade nesta educação informal tem também a função de organizar e mediar o andamento do “ritual”, mesclando sagrado, profano, trabalho e o pedagógico, pois não existe um momento isolado para cada coisa, o caminhar se fará caminhando e a partir da intenção subjetiva de cada sujeito envolvido no processo, isto é, a educação permeada pela musicalidade em capoeira, na mesma medida em que poderá estimular determinado movimento carregado de significados culturais, também poderá em sua letra retratar passagens históricas, religiosas, cotidianas... Poderá através do mantra melódico conduzir o indivíduo a um estado de consciência alterado, que no ato religioso poderá ser o momento de incorporação do Orixá, mas em outras práticas como samba, capoeira... Poderá ser um diferente estado de comportamento, às vezes agressivo, tranqüilo, lascivo, alegre...

Sobre a musicalidade tradicional africana que influenciou a capoeira, Sodré (1998, p.21). afirma que:

No ocidente, com o reforçamento (capitalista) da consciência individualizada, a música, enquanto prática produtora de sentido, tem afirmado a sua autonomia com relação a outros sistemas semióticos da vida social. Convertendo-se na arte da individualidade solitária. Na cultura tradicional africana, ao contrário, a música não é considerada uma função autônoma, mas uma forma ao lado de outras – danças, mitos, lendas, objetos – encarregadas de acionar o processo de interação entre os homens e entre o mundo visível (o aiê, em nagô) e o invisível (o orum). O sentido de uma peça musical tem de ser buscado no sistema religioso ou no sistema de trocas simbólicas do grupo social em questão. Ademais, os meios de comunicação musical não se restringem a elementos sonoros, abrangendo também o vínculo entre a música e as outras artes, sobretudo a dança.

Neste sentido, queremos dialogar com uma proposta de educação contextualizada a partir da complexidade humana, sem a burocracia didática de uma ciência “dura” positivista de leitura da realidade, pois a garantia desta contextualização por complexos temáticos será, em última análise, uma melhor aproximação da dinâmica cultural humana em sua historicidade.

#### 4.5 O RITUAL DA CAPOEIRA E AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Neste item, temos um elo fundamental entre as possibilidades descritas acima e a capoeira enquanto estratégia pedagógica para a pessoa cega, pois estas relações interpessoais, no ambiente da capoeira, são regadas por símbolos ritualísticos que reforçam a “produção” coletiva para o coletivo, com uma relação de ensino-aprendizagem horizontalizada que só funciona a partir da participação democrática dos envolvidos na ação pedagógica, ou seja, quando abordada nesta perspectiva, a capoeira estará firmando as bases para a cidadania de uma sociedade mais justa. Segundo Pistrak (2000, p.54),

Se quisermos desenvolver a vida coletiva, os restaurantes coletivos, os clubes, etc, devemos formar entre os jovens não somente a aptidão para este tipo de vida, mas também a necessidade de viver e trabalhar coletivamente, na base da ajuda mútua, sem constrangimentos recíprocos. Este é o único terreno que podemos escolher se quisermos obter resultados positivos na luta que se trava por um novo modo de vida.

Uma das grandes lições que a capoeira encerra em seu arcabouço ritualístico é a questão do “aprender fazendo”, já mencionado nesta obra, atrelado à contextualização do conteúdo, ou seja, esta herança que herdamos de parte da sociedade africana nos ensina que não devemos dicotomizar a ação prática do aprendizado teórico, isto é, boa parte de tudo que aprendemos na capoeira acontece por uma experimentação prática, que geralmente é catalisada por um ambiente que mescla indivíduos com diferentes experiências, mediados pela intervenção do mestre para a produção de um bem comum a todos. O ensino da capoeira aponta para uma relação democrática entre educandos e educadores, fortalecendo a zona de desenvolvimento proximal, já mencionada neste estudo.

É importante lembrar que todo este processo de construção do conhecimento está sempre permeado, na capoeira, por uma forte relação de respeito mútuo e parceria, pois o conceito de coletividade (“irmandade”) prevalece durante todo o ritual da capoeira, apesar da mesma ser frequentemente confundida com o jogo atlético e competitivo, negando o objetivo natural desta arte que é “jogar com” e não contra o outro, ratificando a unidade da dupla sob o signo de parceria, que prevalece também dentre os outros componentes da roda. Sobre este assunto, Rego (1995, p.74) assegura que,

o aprendiz é o responsável por criar a zona de desenvolvimento proximal na medida em que, em interação com outras pessoas, a criança é capaz de colocar em movimento vários processos de desenvolvimento que, sem a ajuda externa, seriam impossíveis de ocorrer.

No trabalho de capoeira para pessoas cegas, poderemos possivelmente perceber uma melhoria nas relações interpessoais, ajudando desde indivíduos muito retraídos até aqueles com problemas de hiperatividade, equilibrando as relações e promovendo uma sensível melhora da auto-estima, pois a constante necessidade de realização coletiva garantida pelo ritual da capoeira possibilita o exercício de lidar com o outro e suas diferenças, fato este que se firma como importante mecanismo para resolução de possíveis situações emergentes das relações sociais cotidianas, contribuindo com a formação de indivíduos mais críticos, criativos e autônomos. Sendo assim, ainda podemos perceber nas possibilidades da roda, segundo Reis (2000, p.182),

Portanto, se considerarmos que a roda de capoeira é uma metáfora do espaço social, talvez possamos dizer que o jogo da capoeira é uma metáfora da negociação política travada entre negros e brancos no Brasil. Negociação permanente, determinada pela busca de liberdade ao tempo da escravidão e, desde então, marcada pela busca de ampliação do espaço político dos negros na sociedade brasileira. A própria existência da capoeira na sociedade atual é fruto de uma ampla negociação política por autonomia e reconhecimento social, iniciada nos idos da escravidão.

O jogo da capoeira segue uma lógica de relação constante entre o particular e o coletivo, em que os parceiros precisam lidar com a ambigüidade de “jogar com”, mas ao mesmo tempo tentando superar o outro, ou seja, a capoeira só acontece mediante uma relação dialética, que estabelece a busca de uma conquista individual para superação do parceiro no jogo, que perderá sentido, caso o senso coletivo da dupla não esteja presente, pois o grande “capoeira” é aquele que se supera com o outro. Este sentido latente das rodas, nos ensina que para partirmos em direção à construção coletiva, precisamos considerar o individual e a busca de auto-superação. Portanto, a melhoria da vida será otimizada a partir das micro-ações individuais, desde que estas estejam articuladas com a totalidade.

A roda de capoeira sempre será composta pela “diferença”, isto é, indivíduos diferentes executando funções diferentes para um bem comum a todos, pois negros, brancos, índios, pobres,



ricos, jovens, crianças, dentre outros, todos participam com suas particularidades e ainda precisam compor um quadro funcional em que alguns tocam, todos cantam, e uma dupla joga. Desse modo, como já foi abordado anteriormente, o “ritual” nos ensina a respeitar as diferenças, pois isto será a base para a construção coletiva, estimulando a tolerância, negociação constante, dialogicidade e ainda a percepção de que as diferenças são úteis e fundamentais para a dinâmica da sociedade, quando bem aproveitadas.

Desta forma, na dinâmica diária da vivência em capoeira podemos perceber lições fundamentais de formação social, política e cidadania, pois a roda poderá se configurar como a metáfora da vida social, problematizada a partir do jogo e da constante necessidade de negociação entre os parceiros de roda, cantando, tocando e jogando. O exercício de ir e vir, da esquiva como princípio, da necessidade de confrontar-se indiretamente, mediante a transformação da defesa em ataque, representam situações de potencial pedagógico alto, pois poderemos, a partir de elementos do “real”, seguir para a reflexão crítica no aprendizado.

É relevante também reconhecer na prática da capoeira uma estratégia para melhoria da auto-estima da pessoa com deficiência visual, pois durante o jogo o indivíduo será exposto a uma série de situações que provocam a necessidade de se relacionar com o outro de maneira autônoma, crítica e criativa, contribuindo para uma sensível melhoria da atuação destes indivíduos nas relações sociais cotidianas. Segundo Vygotsky (2003,p 258),

A cegueira, quando permanecem intactas todas as outras formas de comportamento, representa a perda de um analisador que os permite estabelecer as relações mais sutis e complexas com o mundo externo. Por isso, o cego não consegue perceber as formas de movimento que distingue o vidente. A isso se deve o lamentável papel social que os cegos sempre e em todas as partes desempenham, por um lado, e a falta de auto-estima interna e o estado de depressão que durante muito tempo se transformaram em seus companheiros permanentes.

Essa melhoria na auto-estima também será potencializada pela constante necessidade de se lidar com a exposição de si mesmo ou de uma habilidade específica, pois o trânsito das funções desempenhadas na roda, estimula cada participante da mesma a colocar-se em situações diferentes, cantando, tocando ou jogando, e nestas funções será inevitável não se lidar com a

percepção de si mesmo e do outro, melhorando a autoconfiança e a compreensão dos limites e possibilidades de si mesmo, desde a mediação do mestre.

Na roda de capoeira, o mestre-educador, mesmo muitas vezes sem dominar a escrita das palavras, mostra-se extremamente hábil com a leitura da vida, sendo este o grande responsável por garantir toda uma referência de educação pautada na oralidade e ancestralidade funcional para cada indivíduo e seu tempo histórico. Estes mestres do saber informal garantem a resistência cultural e catalisam a educação por meio de suas práticas e seus saberes, que são partilhados, na grande maioria das vezes, por um método que tem se mostrado muito mais eficaz e condizente com a realidade social brasileira.

Geralmente, os mestres são indivíduos reconhecidos socialmente pela comunidade a que pertencem, e possuem na cor branca de seus cabelos as marcas de uma sabedoria acumulada pela experiência de anos trabalhando com cultura. Este fato também se mostra extremamente interessante diante da tendência de funcionamento das relações humanas em nosso país e valores sociais vigentes, pois estamos acostumados com a exclusão do mais velho, pela lógica da queda de produtividade, conforme o avanço da idade. Em contrapartida a esta forma de pensar, a capoeira nos ensina que quanto mais velho for o mestre-educador, maior será a possibilidade do mesmo ter acumulado mais saber pelas experiências vividas. Desse modo, o mais velho, ao contrário do que é feito em nossa sociedade, é valorizado como peça fundamental do desenvolvimento social da comunidade a que pertence.

Por tudo que já foi apresentado acima, fica fácil compreender um pouco sobre a dinâmica funcional da capoeira, sugerindo possíveis interlocuções com a educação de pessoas cegas e a sociedade moderna. Assim, seguiremos no presente trabalho dissertativo, apresentado alguns dados da pesquisa empírica que tem como intuito principal verificar todas estas possibilidades referidas pelo suporte teórico a partir do diálogo com autores especialistas na área e afins.

## 5 METODOLOGIA

Não é possível refazer este país, democratiza-lo, humanizá-lo,  
torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente,  
ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor.  
Se a educação sozinha não transformar a sociedade,  
sem ela tampouco a sociedade muda.  
Paulo Freire

O mundo moderno nos rodeia de incertezas e contradições que nos colocam no “labirinto” das possibilidades de interpretação da realidade, que por sua vez, está mais complexa a cada dia. Os sujeitos desta totalidade concreta se configuram articulados com suas próprias contradições individuais e ainda precisam lidar com a dialética de idéias de um coletivo multireferencial que convive com a provisoriedade das verdades de frações de segundos e ainda com uma acirrada disputa de classes. Neste sentido, para revelar os aspectos relevantes de uma pesquisa científica, precisaremos de um novo paradigma, que seja capaz de dar conta da complexidade da sociedade atual. De acordo com Santos (2006, p. 60),

(...) sendo uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente).

Esta necessidade de uma nova concepção de ciência nos remete à busca de diferentes perspectivas para produção do conhecimento, principalmente no campo da educação de pessoas com deficiência visual, pois estes além dos conflitos mais comuns, acumulam uma série de outros provenientes da cegueira em um mundo capitalista e vidente. A referida busca passa pela superação de antigas referências de ciência ainda latentes na atualidade, ou seja, a superação de uma lógica mecânica positivista de leitura da realidade. Como aborda Macedo (2004, p. 37),

O cultivo à neutralidade, ao distanciamento no processo de conhecer; a busca de regularidades e leis extraídas da realidade; o gosto pelo controle, pela mensuração, pelo pensamento monotético e monorreferencial, pelo conforto da previsibilidade; a dedicação quase louvação pela lógica algorítmica e por um

método objetivista; o fechamento das certezas construídas pela inflexível objetividade e o culto ao progresso ordenado do saber dito científico fizeram do positivismo o grande construtor do ‘significado autoritário’ (Bruner, 1997), que ao legitimar-se pelo processo de desconstrução do pensamento mítico, transformou-se numa das vigas mestras do edifício científico moderno e da argumentação positiva da cientificidade.

Desta forma, qualquer perspectiva de investigação da realidade que desconsidere as relações do homem em sociedade com a política, economia, cultura e toda complexidade de suas subjetividades, estará fadada ao equívoco de falsas verdades, visto que a dinâmica histórica da humanidade tem se revelado imbricada de diversas *nuances* na teia social. Portanto, não podemos seguir o reducionismo de algumas abordagens científicas ao analisarmos as dificuldades e perspectivas da capoeira, como estratégia pedagógica para cidadania de pessoas cegas.

## 5.1 TIPO DE PESQUISA

Considerando os aspectos referentes ao presente trabalho e às necessidades de nosso objeto de pesquisa, propomos uma abordagem de pesquisa qualitativa, e, conforme Macedo, “[...] para o olhar qualitativo é necessário conviver com o desejo, a curiosidade e criatividade humanas; com as utopias e esperanças; com a desordem e o conflito; com a precariedade e a pretensão; com as incertezas e o imprevisto”. (MACEDO, 2004, p. 69). Sendo assim, esta forma de pesquisa se adequa perfeitamente aos desafios desta abordagem, pela complexidade de nosso objeto.

Queremos dialogar com uma idéia de pesquisa qualitativa, que para Minayo, “é um movimento totalizador que reúne a condição original, o movimento significativo do presente e a intencionalidade em direção do projeto futuro”. (MINAYO, 1999, p. 252)

Minayo (1999, p. 252), em seus estudos sobre a abordagem qualitativa, procura mostrar que é a partir dos indivíduos, dos grupos, ou das classes que,

A totalidade fundamental se expressa no perene conúbio entre mente e corpo, matéria e espírito: que na aparente simplicidade de uma manifestação sobre saúde, os sujeitos individuais projetam sua visão de sociedade e de natureza, a historicidade das relações e condições de produção inscritas no seu corpo, seu espaço ontológico, sua temporalidade social, seus infinitos culturais, seus fetiches, seus fantasmas e seus anseios de transcendência.

Dessa maneira, a autora concebe em pesquisa qualitativa o sujeito como ator, ou seja, aquele que possui a capacidade de “retratar e refratar” a realidade. E, por isso, a interação entre pesquisador e sujeito na abordagem qualitativa é essencial.

Além de colocar o sujeito nesta posição, a autora assinala que a metodologia qualitativa requer referenciais teóricos, instrumentos de coleta de dados que possibilitem a apreensão da realidade, tudo isso somado ao potencial criativo do pesquisador. Dentre os diferentes instrumentos a serem aplicados em pesquisa qualitativa, Minayo (1999) cita a entrevista, a observação participante e a discussão em grupo como importantes instrumentos para manifestação das Representações Sociais. Entendendo como Representações Sociais “categorias de pensamento, de ação e de sentimento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a”. (MINAYO, 1999, 158)

Assim, utilizaremos, a partir da abordagem qualitativa, o estudo de caso como estratégia de pesquisa, sendo o mesmo caracterizado como o estudo de uma entidade bem definida, como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social. Visa conhecer o seu “como” e os seus “porquês”, evidenciando a sua unidade e identidade própria. É uma investigação que se assume como particularística, debruçando-se sobre uma situação específica, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico.

Sobre o estudo de caso, Bogdan e Biklen (1994, p. 90) afirmam que:

À medida que vão conhecendo melhor o tema em estudo, os planos são modificados e as estratégias selecionadas. Com o tempo acabarão por tomar decisões no que diz respeito aos aspectos específicos do contexto, indivíduos ou fontes de estudos que irão estudar. A área de trabalho é delimitada. A recolha de dados e as atividades de pesquisa são canalizadas para terrenos, sujeitos, materiais, assuntos e temas. De fase de uma exploração alargada passam para uma área mais restrita de análise dos dados coligidos.

O estudo de caso qualitativo também se faz necessário no presente trabalho investigativo, por permitir uma aproximação maior com a situação investigada. Além disso, segundo Ludke e André (1986), esse estudo se caracteriza como rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível, focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada, permite o pesquisador se manter constante e atento a novos elementos que podem emergir durante o estudo. Essa característica se fundamenta no pressuposto de que o conhecimento não é algo

acabado, mas uma construção que se faz e refaz constantemente, o que o torna ainda mais relevante quando investigamos temas da área de educação, em que toda a complexidade dos sujeitos se manifesta, exigindo da ação pedagógica uma dinâmica flexível e mutável a partir das necessidades de cada situação.

Outra possibilidade relevante do estudo de caso, segundo Dione e Laville (1999), está na capacidade de aprofundamento que essa estratégia oferece:

[...] pois os recursos se vêm concentrados no caso visado, não estando o estudo submetido às restrições ligadas à comparação do caso com outros casos. Ao longo da pesquisa o pesquisador pode, pois, mostrar-se mais criativo, mais imaginativo; tem mais tempo de adaptar seus instrumentos, modificar sua abordagem para abordar elementos imprevistos, precisar alguns detalhes e construir uma compreensão do caso que leve em conta tudo isso, pois ele não está atrelado a um protocolo de pesquisa que deveria permanecer o mais imutável possível. (DIONNE; LAVILLE, 1999, p.56)

Para dar consequência prática às indicações apreendidas na literatura, realizamos a pesquisa em três fases: a exploratória, a vivencial e a de elaboração. As duas primeiras fases referem-se ao método investigativo e a terceira fase ao método expositivo:

Na primeira fase: *Exploratória* – Foram levantados dados que permitam caracterizar a prática pedagógica, limites e possibilidades, no núcleo de capoeira do CAP-BA.

Nos valem de três procedimentos para tal, sendo estes: a) Análise de materiais e referências bibliográficas sobre o tema; b) Observações e registros no local; c) Entrevistas com pessoas cegas que participam das atividades de capoeira, coordenadores e comunidade institucional em geral.

A fase de *Análise Vivencial* foi constituída de vivências lúdicas com um grupo focal predeterminado, experimentando o potencial da capoeira e sua dinâmica procedimental de jogo, roda e filosofia, considerando as perspectivas para construção da cidadania no trato com pessoas cegas.

Na fase de *Elaboração* foi privilegiada a teorização, a partir do destaque de categorias específicas/empíricas, que possibilitem a análise e sistematização dos dados, no intuito de contribuir com a reflexão sobre as teorias pedagógicas emergentes do cotidiano da prática de ensino-aprendizagem da capoeira para pessoas com deficiência visual.

## 5.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Em um estudo de caso o processo de coleta dos dados é mais complexo do que em outras modalidades de pesquisa, isso pelo fato de nas outras abordagens de pesquisa se utilizar basicamente de uma única técnica principal para obtenção dos dados. Neste sentido, estabeleceremos um diálogo com alguns autores para fundamentar as opções de coletas relacionadas a nossa pesquisa.

Para Chizzotti (1998), a coleta de dados não é um simples processo formal burocrático de soma linear cuja frequência, controlada e medida, autoriza o pesquisador, exterior à realidade estudada e dela distanciado, a estabelecer leis e prever fatos. Os dados são levantados, num processo de idas e voltas, nas diversas etapas da pesquisa e na interação com seus sujeitos. Em geral, a finalidade de uma pesquisa qualitativa é intervir em uma situação insatisfatória, mudando a realidade concreta, propondo uma interação mais ativa entre pesquisador, pesquisado e a conjuntura social do problema em questão. Sendo assim, seguiremos conhecendo um pouco mais sobre o local e sujeitos da investigação, para dar conta de algumas características peculiares deste trabalho, bem como, da justificativa de escolha dos instrumentos de investigação que serão apresentados em seguida.

### 5.2.1 Caracterização do local

Por motivos já relacionados no presente estudo investigativo, fizemos a opção por realizar nossa pesquisa nas dependências do Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual – BA (CAP – BA). O Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual constitui-se em uma unidade de serviços de apoio pedagógico e suplementação didática ao sistema de ensino. Foi institucionalizado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), através da Secretaria de Educação Especial em conjunto com a União Brasileira de Cegos (UBC), Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais (ABEDEV), Instituto Benjamin Constant (IBC) e Fundação Dorina Nowill para Cegos. O CAP foi concebido na perspectiva de se constituir numa ação política pública integrada em todas as esferas administrativas governamentais e não-governamentais, contando com a participação das instituições de ensino superior e comunidade em geral. O MEC / SEESP, com a consecução

deste projeto, pretende suprir as carências de serviços e recursos didáticos/ pedagógicos na área da educação de deficientes visuais em todo o país.

Os CAP no Brasil têm como principais objetivos promover a institucionalização em nível de governo, do atendimento ao aluno cego e ao de visão subnormal, no que se refere aos recursos específicos necessários a sua educação, por meio da utilização dos sistemas público e privado de ensino; garantir aos educandos cegos e aos de visão subnormal, acesso aos recursos específicos necessários ao seu atendimento educacional, priorizando o ensino fundamental; promover a capacitação de profissionais e demais recursos humanos da comunidade, com vista à melhoria e ampliação dos serviços e programas de atendimento especializados.

Nosso estudo enfocou a realidade pedagógica do CAP – BA, que está localizado na rua da Jaqueira, nº 12, bairro da Saúde, na cidade de Salvador; funciona de 2ª a 6ª-feira, nos turnos matutino (08 h às 12 h), vespertino (13 h às 17 h) e noturno (18 às 22 h). A distribuição dos dias letivos e da carga horária segue as orientações da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia (SEC), respeitando-se as portarias de Calendário Escolar e de Programação de Carga Horária.

Na Bahia, o CAP constitui-se em uma unidade de serviços de apoio pedagógico e suplementação didática ao sistema de ensino por meio de equipamentos de avançada tecnologia (informática), da impressão de materiais em braille, pessoal especializado e outros modernos recursos necessários ao desenvolvimento educacional e sócio-cultural das pessoas cegas e de visão subnormal.

Funciona através dos seguintes núcleos de atendimento:

- Núcleo de Apoio Didático pedagógico que se caracteriza pela oferta de vários serviços, dispondo de acervo de material necessário ao processo de ensino e de aprendizagem com o objetivo de apoiar alunos, professores e comunidade;
- Núcleo de Convivência, um espaço interativo planejado para favorecer a convivência, troca de experiências, pesquisas e desenvolvimento de atividades lúdicas e culturais, integrando usuários com ou sem deficiência. Visa também promover cursos de atualização, aperfeiçoamento ou capacitação em serviço para professores, além de cursos específicos para pais e comunidade;
- Núcleo de Tecnologia que se caracteriza pela oferta de equipamentos e materiais com o objetivo de promover a independência das pessoas com deficiência visual, por meio do acesso à tecnologia moderna para a produção de textos, estudos, pesquisas e outros.



- Núcleo de Produção Braille que constitui um conjunto de equipamentos e tecnologias que tem por objetivo a produção de materiais de apoio pedagógico e textos em braille, ampliados e sonoros para distribuição a alunos.

O CAP – BA ainda conta com uma complementação curricular específica que visa atender às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência, objetivando estabelecer uma relação harmônica entre essas necessidades e a programação curricular do ensino regular.

O currículo específico para área da deficiência visual é um instrumento necessário para beneficiar o desenvolvimento pessoal e social dos alunos cegos e com baixa visão, resultando em alterações que podem ser de maior ou menor expressividade. Assim, a Organização curricular do Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual atende aos pressupostos presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais - Adaptações Curriculares - Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais, publicado pelo Ministério da Educação, em 1999.

A deficiência visual não impõe uma educação diferente. Porém os programas educativos para o aluno com cegueira além de assegurar as mesmas áreas e as atividades contempladas nos programas regulares, definidos na Lei de Diretrizes e Base (LDB) nº 9394/96, são complementados com os seguintes conteúdos específicos, conforme orientação do MEC (BRASIL,1995):

- Alfabetização Braille<sup>8</sup> é oferecida nesta unidade de ensino para crianças, jovens e adultos com cegueira congênita, cegueira adquirida e para as pessoas com baixa visão acentuada que não conseguem ler caracteres comum. A aquisição deste sistema possibilita ao deficiente visual ler e escrever, sendo essencial para sua inclusão na sala de aula regular.

- Técnicas para o uso do Soroban<sup>9</sup>: as aulas de Soroban têm como objetivo ensinar o aluno cego a fazer uso do aparelho de cálculo específico, chamado Soroban.

---

<sup>8</sup> Sistema de leitura tátil e escrita para o cego representado por pontos em relevo. Esse sistema baseia-se na combinação de seis pontos em relevo, que geram 63 combinações, através das quais se representam todas as letras do alfabeto, acentuação, pontuação, sinais matemáticos, enfim, toda grafia utilizada na escrita comum. O Braille é a base para a integração da criança cega na escola e na sociedade.

<sup>9</sup> É um instrumento utilizado para realização de cálculos matemáticos, possibilitando ao aluno cego operar com rapidez e precisão através do uso de técnicas específicas.

- Orientação e Mobilidade (OM): tem como objetivo “maximizar a habilidade do portador de deficiência visual na exploração do ambiente em que vive, favorecendo assim a sua independência, a sua autoconfiança e a sua integração social, por meio de técnicas que lhe possibilitem a locomoção independente” (BRASIL, 1995). É nas aulas de O.M que a pessoa cega aprende a fazer uso da bengala para se deslocar com independência.

- Escrita Cursiva: tem como objetivo ensinar a pessoa com cegueira a escrever seu nome pelo próprio punho (assinatura). A metodologia utilizada para essa aprendizagem dá ênfase ao desenvolvimento das habilidades psicomotoras, levando o indivíduo a captar a configuração das letras feitas em alto relevo e a reproduzi-las no papel, vindo assim a exercer sua cidadania.

- Apoio pedagógico especializado: atividade que tem como objetivo complementar o conteúdo trabalhado na sala de aula do ensino regular, valendo-se da introdução da simbologia braille correspondente ao conteúdo estudado, concretização de situações, estudo e exploração de material em alto relevo, apoio à pesquisa, transcrição para o Braille ou para escrita comum das atividades do aluno, necessárias para o acompanhamento do currículo regular.

- Estimulação visual<sup>10</sup>: Neste conteúdo cabe ao professor especializado fazer a avaliação funcional da visão do aluno, treinar os recursos óticos indicados pelo oftalmologista (lupa, telelupa CCTV, óculos prismáticos, etc), orientar o aluno e os professores do ensino regular quanto às questões referentes a luz e contrastes, uso de auxílios não óticos (papel com pauta ampliada, lápis 6B, caneta ponta porosa, uso do tiposcópio, etc), posicionamento na sala de aula, etc. O atendimento educacional especializado possibilitará o acesso ao conhecimento, bem como o sucesso na inclusão em classe regular.

- Atividade da Vida Diária<sup>11</sup>: tem como objetivo o desenvolvimento de habilidades necessárias à realização das atividades cotidianas relativas à alimentação, higiene pessoal, administração do lar, comunicação, enfermagem caseira, boas maneiras, organização dos recursos e materiais necessários à escolaridade, etc. Estas aulas visam favorecer a independência e autonomia da pessoa com deficiência visual.

---

<sup>10</sup> Atendimento educacional que visa apoiar o aluno com baixa visão a fazer uso do resíduo da visão com eficiência.

<sup>11</sup> Trata-se da introdução de técnicas que permitirão ao deficiente visual fazer tudo ou quase tudo que a pessoa com visão faz a partir da imitação.

- Sistemas de Apoio ao Ensino Regular: trata-se do suporte oferecido às escolas que têm alunos com deficiência visual matriculados, através de Sala de Recursos, Sala Multifuncional ou Ensino Itinerante.

- Sala de Recursos e Sala Multifuncional: são ambientes de natureza pedagógica, orientado por professor especializado, que complementa o atendimento educacional realizado em classes comuns da escola regular. Esse serviço realiza-se em escolas, em local dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais dos alunos.
- Ensino Itinerante: difere-se da sala de recurso em relação à permanência do professor na escola. O professor especializado comparece à escola que tem aluno com deficiência matriculado, uma, duas ou até três vezes por semana para prestar o apoio pedagógico ao aluno e ao professor do ensino regular.

- Laboratório de Informática<sup>12</sup>: As aulas de informática permitem ao aluno utilizar o computador como instrumento de aprendizagem, já que é possível encontrar muitos livros digitalizados que podem ser acessados pela Internet.

- Gráfica Informatizada<sup>13</sup>: Este serviço presta também apoio as instituições de ensino superior e organizações governamentais e não-governamentais, no que se refere à adaptação de provas para concursos, fazendo a transcrição para o braille. O professor especializado deve fazer as transcrições possibilitando ao deficiente visual acesso às informações.

- Adaptação de material: cabe ao professor especializado adaptar mapas, gráficos e figuras ilustrativas de forma que o aluno com deficiência visual tenha acesso a informações contidas nas ilustrações. Estas adaptações são feitas utilizando material acessível à exploração tátil. O especialista deve ser criterioso na escolha do material a ser usado, transmitindo segurança ao aluno.

- Iniciação Musical: tem como objetivo oferecer ao aluno oportunidade de ingresso ao mundo da música como caminho facilitador da inclusão social. O aluno poderá optar por aprender a tocar um instrumento musical ou participar de aulas de canto, ingressando no Coral.

- Esporte: atividades realizadas por professor de educação física, com objetivo de trabalhar a orientação corporal e espacial do aluno com deficiência visual, através de modalidades esportivas (futebol de salão, capoeira, judô, xadrez).

---

<sup>12</sup> Espaço, onde o aluno com deficiência visual conta com o professor especializado para ministrar aulas de informática utilizando softwares específicos, tipo: DOSVOX, VIRTUAL VISION e JAWS.

<sup>13</sup> Ambiente onde são preparados os textos, avaliações, impressão de livros em Braille e em caracteres ampliados.

- Biblioteca: espaço que dispõe de acervo bibliográfico impresso em Braille para apoiar o aluno com deficiência visual nos estudos e pesquisas. Este serviço requer a presença de profissional com conhecimento do sistema Braille para auxiliar os usuários do serviço.

- Audioteca / Serviço de leitor: Espaço que disponibiliza acervo bibliográfico em áudio para auxiliar os alunos com deficiência no processo de ensino e aprendizagem. O usuário pode contar com o apoio de um leitor para leitura de textos impressos no sistema de escrita comum, não acessível às pessoas cegas.

### **5.2.2 Sujeitos da pesquisa**

A composição de nosso grupo focal para estudo de caso aconteceu mediante a participação de sujeitos que por livre e espontânea vontade optaram por participar das atividades com a capoeira, haja vista que para nossa investigação foi criado um horário específico para a atividade e ofertada a inscrição para qualquer educando matriculado no CAP – BA; desta forma, organizamos encontros semanais com duas horas de duração para as vivências em grupo e mais duas horas, distribuídas durante a semana, para observarmos os educandos em outras atividades.

Pelo fato do CAP – BA atender desde jovens até pessoas de maior idade, esperávamos que a procura maior pelas atividades de capoeira fosse composta por um público mais jovem, isso devido às impressões que o senso comum tem sobre a capoeira, em se tratando de focar o aprendizado só na parte acrobática do jogo, contudo, para nossa surpresa, o grupo foi composto por pessoas com idades entre 31 a 74 anos, fato este que nos levou a reelaborar a dinâmica de trabalho e os planos de intervenção.

O nosso grupo foi composto por doze pessoas, dessas, 01 (uma) possui visão normal, três com baixa visão e oito cegas. Das pessoas envolvidas no trabalho com a capoeira, dez são afro-descendentes e residem na periferia de Salvador.

Um outro dado importante sobre os sujeitos da pesquisa é que nenhum dos envolvidos possuía cegueira congênita, a maior parte dos que apresentavam problemas na visão foram perdendo-a paulatinamente, sendo que em dois casos a perda se deu abruptamente por motivos de acidente. As três pessoas que possuíam baixa visão foram perdendo mais aceleradamente a capacidade de ver, em média, nos últimos cinco anos. Já as 08 (oito) cegas, perderam a visão, em média, nos últimos oito anos.

Uma das pessoas envolvidas, como já foi dito antes, era acompanhante de um dos educandos do grupo, não possuía problemas na visão; sua participação foi fundamental para o crescimento do mesmo, pois sua acompanhante cega, a princípio, recusava-se a participar das atividades com a capoeira, sendo a participação da educanda vidente valorosa para dar o suporte necessário nas atividades. Um outro aspecto relevante é que a participação desta pessoa vidente trouxe um equilíbrio interessante ao grupo, pois a mesma apresentava, em algumas situações, maiores dificuldades do que as pessoas cegas ou com baixa visão, fato este que diluía a supremacia da visão para a prática da capoeira.

O grupo como um todo apresentava uma boa maturidade e um grande acúmulo de experiência de vida, colaborando muito com o desenvolvimento da pesquisa e, conseqüentemente, com o crescimento do coletivo envolvido, visto que em muitas das situações o próprio grupo reelaborava exercícios, dinâmicas e estratégias de ensino, ampliando as potencialidades no trato com a capoeira.

Na análise das pessoas investigadas, percebemos que as mesmas não realizavam no seu cotidiano nenhuma outra atividade física, sendo assim, acreditamos que além de todos os benefícios propostos pela prática da capoeira, podemos também atribuir todos os aspectos positivos da atividade física para indivíduo, relacionando uma melhoria significativa no condicionamento físico, flexibilidade, ganho de massa muscular, dentre outros.

### **5.2.3 Apresentação das fontes para coleta de dados e análise preliminar**

Sobre as evidências colhidas em um estudo de caso segundo Yin (2005), as mesmas podem vir de seis fontes distintas: documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos. Essas fontes deverão ser manipuladas com grande habilidade pelo pesquisador e procedimentos metodológicos diferentes.

Ainda segundo este autor, além da atenção que deve ser dada a estas fontes em particular, é necessário também a garantia de alguns princípios predominantes, fundamentais para a qualidade do estudo de caso, são estes:

- a) Várias fontes de evidências (provenientes de duas ou mais fontes, mas que convergem em relação ao mesmo conjunto de fatos ou descobertas);

- b) Um banco de dados para o estudo de caso, que consiste numa reunião formal de evidências distintas a partir do relatório final do estudo de caso;
- c) Um encadeamento de evidências, consistindo em ligações explícitas entre as questões feitas, os dados coletados e as conclusões que se chegou;

Para dar conta dos objetivos propostos no presente trabalho de pesquisa, fizemos a opção de utilizar como fonte de dados, documentos, registros e arquivos, entrevistas, observações diretas e observação participante, considerando como foco de análise as possibilidades e limites da capoeira no campo sinestésico-motor, nas relações inter-pessoais, na musicalidade e na dinâmica educacional em “roda”.

i Documentos, registros e arquivos:

Os documentos analisados foram provenientes da própria instituição CAP – BA e outros relacionados aos dispositivos legais para a educação de pessoas cegas no Brasil. Na parte institucional, analisamos relatórios sobre os educandos envolvidos, projetos institucionais, estrutura organizacional do CAP – BA, bem como outros materiais diversos que tratavam especificamente sobre a atividade física para pessoa cega.

Esses materiais nos serviram como ponto de partida e suporte processual para a construção de toda proposta de intervenção e execução das vivências, pois, a partir destes foi possível estabelecer um perfil aproximado do grupo focal e ainda mensurar os limites e possibilidades de algumas etapas da pesquisa no âmbito institucional, considerando também as políticas públicas educacionais para a pessoa cega.

Em nossa coleta tivemos o cuidado de reconhecer o valor global dos documentos, pois trabalhamos com materiais distintos, que apesar de uma conexão direta com o problema da pesquisa, nem sempre tinham uma relação direta entre si. Foi possível perceber também um significativo distanciamento entre o que estava escrito e documentado, das ações do cotidiano e das reais necessidades de uma pessoa cega, pois muitos dos documentos fazem referência a um estado ideal de aplicabilidade de conceitos e procedimentos, desconsiderando a realidade social dos educandos envolvidos e a própria conjuntura brasileira.

Também nos foi de grande valia para acompanhar e analisar o presente estudo de caso, um registro de relatórios diários sobre todas as atividades desempenhadas na construção e execução

da pesquisa. Este material nos trouxe dados detalhados fundamentais para a compreensão crítica das situações e problemas durante todo o percurso de investigação.

#### i.i Entrevistas:

Segundo Yin (2005) as entrevistas se configuram como uma das mais importantes fontes de informação para um estudo de caso. O autor considera também que as entrevistas para o pesquisador precisam seguir duas tarefas: seguir sua própria linha de investigação como reflexo do protocolo de seu estudo de caso, e fazer as questões reais de uma forma não tendenciosa e que atenda as necessidades de sua linha de investigação.

Ainda sobre as entrevistas, Macedo (2004, p. 165) afirma que,

[...] é um rico e pertinente recurso metodológico na apreensão de sentidos e significados e na compreensão das realidades humanas, na medida em que toma como premissa irremediável que o real é sempre resultante de uma conceituação; o mundo é aquilo que pode ser dito, é um conjunto ordenado de tudo que tem nome, e as coisas existem através das denominações que lhes são emprestadas.

A coleta de dados através das entrevistas semi-estruturadas, que foram gravadas e transcritas, foi utilizada em nossa pesquisa em dois momentos, no início como forma de aproximação para reconhecimento dos sujeitos envolvidos na pesquisa e, posteriormente, já na fase de redação do trabalho dissertativo, em que buscávamos elementos do depoimento dos indivíduos que nos auxiliassem a compreender os limites e possibilidades de intervenção da capoeira para com as pessoas cegas.

No primeiro momento das entrevistas, centramos nosso foco de interesse nas seguintes questões: quais os conhecimentos prévios sobre a capoeira que cada indivíduo trazia? Qual a expectativa sobre as vivências com a capoeira? Quem já havia praticado capoeira anteriormente? Quem praticava atividade física com regularidade? Motivos de perda da visão? Quais os limites e possibilidades corporais na capoeira para uma pessoa cega?

A partir destas perguntas centrais foi possível perceber que todas as pessoas do grupo já possuíam conhecimentos sobre a capoeira em nível de senso comum, sendo, que em média, 30% destes já haviam praticado capoeira antes da perda da visão, fato que colaborou muito com a dinâmica vivencial dos encontros. Sobre a expectativa em relação ao trabalho, 60% apresentava grande interesse e ansiedade pela participação, 30% tinham curiosidade e um pouco de receio

por conta das limitações de uma pessoa cega e, mais ou menos, 10% apresentava resistência ao trabalho corporal com os movimentos, querendo apenas participar da parte de toque e canto.

Percebemos também que apenas 30% das pessoas praticavam atividade física com regularidade e que este fato não tinha necessariamente uma ligação com a perda da visão, mas sim com a organização do tempo e a própria força de vontade de cada um. Dentre as atividades mencionadas pelo grupo, estavam judô, ginástica, futebol e caminhadas.

Todos os entrevistados já haviam em algum momento de suas vidas enxergado, fato que também contribuiu para o andamento das vivências, pois todos já tinham impressões visuais sobre o mundo em geral e a própria capoeira, mesmo considerando que tais impressões, em alguns momentos, foram prejudiciais por criarem uma interdependência a concepções de capoeira que não eram favoráveis à perspectiva de desenvolvimento proposta, haja vista, que em alguns casos a leitura que se trazia sobre a capoeira não passava de um jogo atlético, desportivo, veloz, acrobático e centrado, principalmente, na demonstração das habilidades físicas como aspecto preponderante, desvalorizando a perspectiva de parceria, coletividade, ancestralidade, educação pela oralidade, dentre outros já discutidos neste trabalho. Como exemplo, podemos citar um trecho das entrevistas em que o entrevistado Joilson relata que: “Era bom ver capoeira, pois os saltos chamavam muito a atenção e as pernadas poderiam matar uma pessoa.... Dava medo, mas era legal ver.... Mas eu só fazia olhar mesmo.”.

Sobre os motivos de perda da visão, os mesmos variavam entre doenças e acidentes. O fato comum entre todos foi a necessidade de reeducação dos sentidos para o convívio social, reelaborando os valores e novas perspectivas para o viver.

Na segunda fase, nosso foco centrou especificamente numa questão central, que foi a opinião dos sujeitos da pesquisa sobre o impacto das vivências com a capoeira para o seu cotidiano. Este foi um dos momentos mais ricos de nossa pesquisa, pois foi possível colher depoimentos extremamente significativos para a nossa investigação. Foram levantadas questões desde aspectos referentes à fisiologia da atividade física, deslocamento e mobilidade, bem como relacionados à melhoria da auto-estima e relações inter-pessoais.

Colhemos relatos sobre uma significativa melhoria do senso de localização, tempo e espaço. Também foi possível extrair dos depoimentos que houve uma melhoria nas questões ligadas à disposição para a atividade física e bem estar corporal. Tivemos o exemplo de um dos entrevistados que em seu relato afirmou que desde o início dos trabalhos com a capoeira, o



mesmo tem percebido que sua atitude com a vida havia paulatinamente progredido para uma postura mais ativa.

Sobre o desenvolvimento da melhoria das relações inter-pessoais e auto-estima, foi possível perceber em todos os depoimentos, que o trabalho com a capoeira proporcionava momentos de muita alegria e bem estar grupal, com alguns relatos mais particulares sobre as relações dos referidos momentos com a melhoria das ações cotidianas com o mundo e com outras pessoas.

Por fim, tivemos um relato muito curioso e interessante sobre uma situação que envolveu um de nossos educandos. Este relatou que havia sofrido um acidente, uma queda decorrente de um buraco aberto em sua rua; contudo, o mais significativo foi o levantamento do educando, relatando que o acidente não foi mais grave por conta das vivências em capoeira, haja vista que, segundo o mesmo, pode proteger seu rosto na queda por uma ação reflexa de defesa exercitada na capoeira. Fato curioso que desperta nossa atenção para outros possíveis desdobramentos da intervenção pedagógica com a capoeira.

#### i.i.i Observação Direta

Nossas observações foram realizadas a partir do primeiro contato com o CAP-BA, momento em que estávamos formalizando a possibilidade de investigação naquela instituição. Em seguida, fizemos um plano de trabalho em que disponibilizávamos duas horas semanais, flexíveis para qualquer dia útil da semana, para continuarmos com as observações diretas. Queremos ressaltar, como já foi dito antes, que estas horas funcionavam como suporte extra para as outras duas horas de vivências semanais com o nosso grupo focal.

As incursões para observação nos possibilitaram perceber diversos aspectos relevantes para nossa investigação, dentre estes, fizemos a opção por focar prioritariamente os de ordem estrutural, pedagógico e relacional entre os agentes envolvidos no cotidiano da instituição.

Estruturalmente, percebemos que o CAP-BA possuía boa infra-estrutura, mesmo considerando as dificuldades de uma instituição pública no Nordeste brasileiro. As salas eram amplas e bem arejadas, os equipamentos estavam em bom estado de conservação e os materiais didáticos eram bons e variados.

Em relação à parte pedagógica, foi possível perceber um bom projeto metodológico e profissionais qualificados e experientes para o trabalho com pessoas cegas. Aconteciam reuniões frequentes para discutir a ação pedagógica e reavaliar os objetivos de cada atividade. Ainda

sobre a parte pedagógico, percebemos que nem sempre os objetivos eram atingidos em sua plenitude, pois os percalços de instituição pública, greves, falta de verbas e outros atrapalhavam o andamento dos projetos institucionais.

Um outro aspecto relevante sobre a parte pedagógica foi o rigor com que trataram nossa pesquisa e ainda a possibilidade de participação nas atividades docentes, fato este que para nós serviu como elemento de segurança, pois foi possível perceber o cuidado e atenção daqueles profissionais com seus educandos, haja vista que todo este rigor servia para filtrar a participação pedagógica de pessoas desqualificadas ou mal-intencionadas.

Sobre as relações inter-pessoais, foi possível perceber que nem sempre eram tranquilas, mas que havia uma convivência civilizada por parte da maioria das pessoas. Notamos que as boas relações eram catalisadas por momentos festivos que envolviam toda a comunidade do CAP-BA, fazendo destes momentos verdadeiras aulas de civilidade, ludicidade e auto-estima.

Consideramos que de todas as nossas observações diretas, o mais importante foi a possibilidade de aprender com a comunidade institucional estratégias e procedimentos pedagógicos específicos para aquela realidade, bem como a condição de melhoria de nossas relações afetivas, que foram importantíssimas no desenvolvimento e aprofundamento de nossa pesquisa.

#### i.i.i.i Observação Participante

Em sua obra, Yin (2005) retrata a observação participante como uma modalidade especial de coleta de dados na qual o pesquisador não é apenas um observador passivo, pois o mesmo poderá assumir uma variedade de funções dentro de um estudo de caso e pode, de fato, participar dos eventos que estão sendo estudados. Ainda segundo o autor, esta técnica de observação participante foi freqüentemente utilizada em estudos antropológicos de grupos culturais e sociais distintos, podendo também ser usada em ambientes mais ligados ao nosso dia-a-dia, como em uma organização ou grupos pequenos informais.

Para a observação participante, organizamos encontros semanais fixos às sextas feiras, com duração de duas horas. Estes eram compostos por vivências com o nosso grupo focal, que estavam subdivididas apenas para efeito didático, em trabalhos com os movimentos da capoeira, cantigas, organização, “ritual” e filosófica da roda e diálogos informais sobre as vivências.

No trabalho com os movimentos da capoeira, tínhamos a intenção de, além das garantias e benefícios da atividade física, possibilitar uma prática da cultura corporal humana com

identidade histórica para aqueles indivíduos, visto que, mesmo todos sendo baianos e imersos na cultura afrodescendente, dos 12 participantes, apenas quatro já haviam praticado capoeira. Desta forma, a vivência com os movimentos também representava a oportunidade de acesso à sua própria cultura gestual, que lhes fora negado em suas educações formais e informais.

O movimento, para a pessoa cega, caracteriza-se como importante e fundamental veículo das descobertas. “Cerrear-lhe essa possibilidade, por ações ou falta delas, constitui bloqueio externo ao seu desenvolvimento geral, à sua maturação e, por conseqüência, ao adequado e igualitário encontro com a sociedade” (MENESCAL, 2001, p.141).

Observamos, especificamente tratando de movimentos, desde a técnica, o equilíbrio, noção de tempo/espaço, a segurança na execução, bem como as relações dos gestos com a dinâmica de cada situação e a filosofia da capoeiragem. Desta forma, seguimos propondo movimentos que a princípio eram executados individualmente, posteriormente em duplas e por fim numa situação de jogo em roda, os mesmos variavam entre a ginga, golpes e movimentos livres, coordenados por descrições verbais da técnica, uso de indicações sonoras e manobras táteis de condução envolvendo o contato entre os participantes.

Os movimentos realizados em dupla, bem como na situação de roda, seguiam combinados específicos de segurança, que estabeleciam critérios para a execução de um golpe ou qualquer outro movimento. Como exemplo, podemos citar a execução de um golpe giratório da esquerda para direita ou vice-versa, que só poderia ser realizado se a pessoa que estivesse atacando tocasse antes a cabeça de quem se defendia, para que o mesmo pudesse se abaixar, não sendo atingido pelo golpe. Assim, criamos códigos de segurança para cada situação, de forma que os mesmos fossem flexíveis a partir do amadurecimento e confiança do próprio grupo, condição que funcionou como agente facilitador das vivências, pois os educandos eram implicados no processo de construção, fato que ampliava as responsabilidades individuais e conjuntas com o sucesso da atividade.

As cantigas foram de grande valia no trabalho, pois, além de funcionarem como excelente recurso pedagógico nas vivências, nos possibilitaram inúmeras observações valiosas para a pesquisa. O momento das cantigas geralmente acontecia no início ou final das vivências e era composto por uma roda em que todos exercitavam a condição de cantar e tocar os instrumentos da capoeira (berimbau, pandeiro, agogô, reco-reco e atabaque).

Percebemos que o grupo possuía uma heterogeneidade no que se refere à habilidade de cantar e tocar, fato que se transformou em um excelente agente de integração do próprio grupo, pois os que já possuíam mais habilidades com os instrumentos e canto, auxiliavam os outros, ampliando as possibilidades de diálogo entre saberes diferentes e transformando cada vivência numa grande festa lúdica.

Na parte que se refere às questões de “ritual” e filosofia da capoeira, não existia um momento específico para acontecer, pois durante toda a vivência cada ação era pensada desde a interlocução com os procedimentos dos antigos mestres e seus “fazeres”. Isto é, toda a ação era contextualizada na dinâmica da roda de capoeira, ganhando sentido e significado próprios desta arte, transformando o ato de se caminha em ginga, a palavra cantada em cantiga, o ato de se abaixar numa esquiva, dentre outras.

Os diálogos informais sobre as vivências geralmente ocorriam no final e serviam como parâmetro, dentre outras coisas, para avaliar nossas ações e como fio condutor de uma ação pedagógica dialógica, crítica e criativa.

#### **5.2.4 Discussão do caso**

No intuito de focarmos nossa discussão para aprofundarmos a análise, organizamos nosso estudo a partir de categorias que relacionam a capoeira e a ação pedagógica para a pessoa com deficiência visual, porque consideramos que dessa maneira poderemos dar conta, de forma mais precisa, dos objetivos da pesquisa.

Partiremos, portanto, das categoriais abaixo evidenciadas na tabela, para realizarmos nossa análise acerca da capoeira na formação da pessoa com deficiência visual, buscando assim compreender os limites e possibilidades dessa arte como prática pedagógica para a cidadania. Todavia, faz-se necessário, antecedendo nossa análise, expressarmos nosso entendimento sobre as categorias. Neste sentido, compartilhamos do pensamento de Minayo (2004, p. 70), ao afirmar:

A palavra categoria, em geral se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. [...] trabalhar com elas significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso.

Assim, a partir dos instrumentos de coleta já apresentados e suas particularidades para o presente estudo de caso, estruturamos a tabela abaixo, que traz em seu corpo as três categorias formadas que expressam as temáticas centrais abordadas ao longo desta investigação. Temos, portanto:

- a) Dificuldades e perspectivas do “movimento” na ação pedagógica da capoeira para a pessoa com deficiência visual.
- b) Perspectivas da musicalidade na capoeira.
- c) O “ritual” da capoeira e as dificuldades presentes na ação pedagógica, considerando a formação da pessoa com deficiência visual.

i. Dificuldades e perspectivas do “movimento” na ação pedagógica da capoeira para a pessoa com deficiência visual.

Em se tratando da categoria que se relaciona ao movimento, queremos evidenciar uma idéia conceitual sobre o tema que extrapola o sentido sinestésico e biomecânico, pois queremos dialogar com uma compreensão mais ampla, que seja capaz de considerar a expressão corporal contextualizada culturalmente, assumindo sentido e significado para o sujeito imbricado na ação. Desta forma, consideraremos os benefícios do movimento enquanto atividade física, sem contudo, focar esta questão como a mais relevante, nem tão pouco a mais pertinente para nossa análise no presente estudo.

Um primeiro aspecto relevante que observamos em nossa análise foi o fato do CAP, como a maioria das instituições de ensino, não possuir uma infra-estrutura capaz de potencializar em sua plenitude os benefícios de uma educação que considere a dinâmica corporal como estratégia de ensino. Isto é, a maioria dos centros de ensino possuem uma formatação de estrutura física centrada numa lógica que não reconhece o corpo como componente ativo da ação pedagógica, valorizando o raciocínio por abstração e negando o “aprender fazendo”. Por isso, percebemos que o nosso trabalho com a capoeira pode romper com esta barreira de paralisia corporal, proporcionando uma alternativa a mais de saber, pois a facilidade para a prática e a possibilidade de improvisar elementos do próprio ambiente como recursos didáticos, fizeram com que a capoeira fosse adaptada às condições daquela realidade, dando conta da obrigação legal dessas instituições, no caso particular do CAP, em relação ao seu papel de ofertar condições para uma educação de “corpo inteiro”.

Foi possível perceber em nossa investigação que a capoeira pode proporcionar aos sujeitos da pesquisa muitos dos benefícios da atividade física, melhorando a percepção individual sobre as possibilidades motoras, criando uma atitude ativa para com a vida e desenvolvendo uma ação de interesse e cuidado com o próprio corpo.

Compreendendo a corporeidade como fruto das experiências humanas no campo da cultura corporal, notamos que os sujeitos de nossa pesquisa apresentavam muitos bloqueios em relação à sua mobilidade, fruto de problemas decorrentes da pouca vivência nesta área, que foram ocasionados, na maioria das vezes, pela perda da visão e por uma educação racionalista exclusivamente centrada no aprendizado por abstração. Desta forma, em nossa análise foi possível detectar um desbloqueio desta ação motora, ampliando a condição de deslocamento e mobilidade, melhorando o equilíbrio dinâmico, flexibilidade, condicionamento físico, dentre outras.

Na capoeira, o movimento tem papel preponderante, pois o mesmo se configura como elemento básico de construção do “jogo”, e este, por sua vez, relaciona cada gesto a um significado simbólico característico de parte da cultura afro-brasileira, ou seja, o movimento, neste caso, assume um papel representativo de toda uma história ancestral que se mantém viva e funcional ainda nos dias de hoje. Por isso, foi possível dialogar, em nossas vivências, com um conjunto de elementos culturais emergentes dessa prática simbólica contextualizada, ratificando uma possibilidade pedagógica para a pessoa com deficiência visual, já mencionada no corpo deste estudo, que é a utilização da capoeira como recurso de expressão cultural e todo seu potencial educativo.

Partindo das informações extraídas das entrevistas e de nossas observações, percebemos que a utilização do movimento da capoeira em nossas vivências foi fundamental para o desenvolvimento de todo nosso grupo focal, reconhecendo particular contribuição para as questões relativas ao deslocamento e mobilidade da pessoa com deficiência visual, principalmente por uma significativa melhoria da autonomia motora, que também relacionamos com os exercícios em situação de jogo, pois os mesmos possibilitaram uma maior interação com o outro e com o meio, criando condições favoráveis para uma maior segurança nas atividades do cotidiano.

i.i Perspectivas da musicalidade na capoeira.

Nossas observações deram conta de verificar muito dos benefícios da musicalidade, já mencionado no corpo teórico deste trabalho, dentre eles, destacamos os ajustes entre ritmo e movimento, e toda potencialidade da música no que tange a integração entre os aspectos sensíveis, afetivos, estéticos e cognitivos.

A musicalidade da capoeira nos possibilitou dialogar com aspectos da história do negro, ditos populares, situações do dia-a-dia e outras. Em nossas vivências fazíamos questão de cantar e entender, interpretando a letra das cantigas e sua função no andamento ritualístico da roda de capoeira. Esse exercício fez com que trabalhássemos uma série de temas da educação formal de maneira informal e descontraída, criando condições pedagógicas alternativas e funcionais para a pessoa cega. Como exemplo podemos citar o trecho de uma cantiga de domínio público que diz: *“dona Izabel que história é esta de ter feito abolição? – de ser princesa boazinha que acabou com a escravidão? – abolição não se fez antes e ainda tá por se fazer agora – com a verdade das favelas e não com mentira das escolas [...]”*. Nesta referida cantiga, discutimos cantando o tema da escravidão, a situação do negro no Brasil e outros aspectos referentes a nossa história, transformando o ato de educar numa festa lúdica e prazerosa.

Um outro aspecto relevante extraído das entrevistas foi o desenvolvimento da oralidade, pois percebemos que todas as pessoas de nosso grupo focal haviam desenvolvido, de forma significativa, sua condição de comunicação pela fala ou por outros sons combinados entre o próprio grupo. Consideramos que o crescimento da comunicação oral tem uma íntima relação também com as cantigas, pois as mesmas exercitam a expressão oral e ainda se configuram no ambiente de capoeira como importante agente de comunicação e preservação cultural.

A utilização dos instrumentos da capoeira, para composição de sua musicalidade, foi fundamental para o andamento e percepção dos resultados de nosso estudo, haja vista que a partir da relação com os mesmos, os sujeitos da pesquisa exercitavam sua autonomia na organização da roda e ainda suas habilidades táteis, auditivas e rítmicas, valorizando a participação de cada indivíduo pelo desenvolvimento dos outros sentidos, negando a supremacia da visão e apontando outros caminhos para um mundo educacional de videntes, com uma pedagogia sensível dos sentidos.

i.i.i O “ritual” da capoeira e as dificuldades presentes na ação pedagógica, considerando a formação da pessoa com deficiência visual.

Nesta categoria temos o eixo central de união da proposta de intervenção em nossa pesquisa, pois acreditamos que a materialização dos resultados foi possível também pela compreensão subjetiva dos procedimentos “ritualísticos” da roda de capoeira. Isto é, a *circularidade* como espaço de construção de saberes, o respeito às diferenças, o aprender fazendo, a disputa pelo bem comum sob o signo da parceria e o diálogo constante e contextualizado com a realidade.

Percebemos em nossa análise que a possibilidade de construção coletiva exercitada no diálogo em círculo, foi um importante agente motivador da participação nas atividades e ainda de grande valia como veículo de desenvolvimento para a cidadania, pois entendemos que nestas ações eram firmados princípios mais democráticos de relações humanas, possibilitando o entendimento de direitos e deveres dentro do próprio grupo, mas que facilmente puderam ser transpostos para as relações sociais de ordem macro. Como exemplo podemos citar o depoimento do educando Jorge C. , que disse: “[...] *lá em casa as coisas têm melhorado com a patroa, pois agora joga capoeira com ela, tudo nós conversamos [...]*”. A partir desta fala, percebemos que, mesmo não sendo única da capoeira, a dialogicidade de nossas vivências conseguiu servir como parâmetro para outras relações. Segundo Freire (1987, p. 79),

Se é dizendo a palavra com que, “pronunciando” o mundo, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens.

Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes.

Um outro aspecto relevante observado foi o trato com as diferenças pela perspectiva das potencialidades e não pelas limitações, ou seja, a prática da capoeira em roda, fortaleceu a idéia de que as diferenças são fundamentais para construção coletiva, pois toda atividade só pode ser edificada com de indivíduos diferentes que executavam distintas funções. Neste sentido, foi possível atribuir uma outra conotação à “diferença”, numa lógica de respeito e tolerância às individualidades, que foram exercitadas subjetivamente na capoeiragem por um procedimento, que em “roda”, precisou ser articulado por pessoas que tocavam, outras que cantavam e a dupla que jogava; portanto, funções diferentes para um bem comum.



A constante interação entre teoria e prática, desenvolveu o “aprender fazendo”, possibilitando o exercício de uma pedagogia crítica, com uma teoria que emergia da prática contextualizada pelas necessidades do grupo e da própria capoeira. Assim foi possível tratar de muitos temas da educação formal, mediando-os por situações problema, que envolviam as necessidades das pessoas cegas, tais como: orientação, mobilidade, desenvolvimento dos sentidos do não vidente e ainda questões ligadas à auto-estima, pensamento crítico e criatividade. Por exemplo citamos a fala de Joilson P., que disse: “[...] *na capoeira aprendi, que de minha maneira, eu podia mais do que pensava. Antes eu tinha medo até de andar e hoje já to até fazendo estrelinha [...]*”. O depoimento denota um desenvolvimento da mobilidade e percepção do esquema corporal, mas também aponta para uma postura mais autoconfiante em relação às potencialidades de uma pessoa cega, configurando mais um resultado positivo pela intervenção com a capoeira.

É também o esquema corporal que conduz à orientação espacial que é, segundo Frug (2001), a tomada de consciência da situação de seu próprio corpo em determinado ambiente com relação às pessoas e aos objetos circundantes ou, ainda, nossa habilidade para avaliar com precisão a relação física entre o nosso corpo e o ambiente, e para efetuar as modificações no curso de nossos deslocamentos.

Desta forma, podemos entender que o desenvolvimento requer o corpo em movimento e trocas com o mundo externo, passando por desafios para construir habilidades

Acreditamos que a capoeira pode em muito contribuir com a formação da pessoa com deficiência visual, mesmo considerando as variações individuais possíveis, visto que inúmeros são os resultados da pesquisa que apontam nesta direção, valorizando a cultura afrodescendente como importante recurso metodológico para a cidadania.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Não há saber mais ou saber menos.  
Há saberes diferentes.  
Paulo Freire*

Consideramos que o presente estudo, mesmo com os percalços de um trabalho desta natureza, pode dar conta da meta geral de analisar as dificuldades e perspectivas da capoeira na construção de uma prática pedagógica crítica, autônoma e criativa, enfocando uma relação de ensino-aprendizagem contextualizada e significativa para a pessoa com deficiência visual.

Especificamente, pudemos sistematizar informações sobre a formação de pessoas cegas ou com baixa visão, por práticas pedagógicas com capoeira no CAP - BA, descrevendo e analisando coletivamente seus traços essenciais. Desta forma, percebemos que nossas intervenções didáticas contribuíram para a edificação documental de alternativas viáveis para a organização do conhecimento, criando possibilidades para o trato com pessoas que apresentam alguma deficiência visual.

Também foi possível analisar as contradições existentes nas proposições em desenvolvimento no trato com a cultura corporal, levantando possibilidades através da geração de um conhecimento descritivo crítico sobre capoeira e deficiência visual. Por fim conseguimos investigar as contribuições da capoeira para o mundo do não vidente, ampliando as possibilidades de exercício da cidadania para esses indivíduos.

Como contradição inicial, verificamos uma grande diferença entre as políticas públicas descritas no papel e as reais condições de aplicabilidade das mesmas, bem como suas possibilidades de desenvolvimento institucional e social. Isto considerando as condições do Nordeste brasileiro e as especificidades de uma capital como Salvador.

Percebemos situações absurdas, que variavam desde os aspectos estruturais até o campo pedagógico; como exemplo, podemos citar o fato dos educandos que receberam aulas para melhorias em seu deslocamento e mobilidade a partir da utilização de pistas táteis; contudo, mesmo na rua da própria instituição, já não mais existia uma pista tátil em estado mínimo de utilização. Isso sem considerar as condições da periferia da cidade, região em que reside a maioria dos estudantes. Um outro exemplo relevante está no fato de, pedagogicamente, os conteúdos terem sido alterados sem, contudo, modificar a metodologia tradicional referendada na

pouca utilização dos sentidos como possibilidade de construção do conhecimento, ou seja, conservavam-se os mesmos vícios da educação tradicional centrada na supremacia da visão.

Sobre esta educação “atrofiadora” dos outros sentidos além da visão, percebemos que a mesma está referendada numa lógica que além de desconsiderar as pessoas com deficiência visual, condena os videntes a uma alienação pelo mundo das imagens, transformando os indivíduos em escravos de um sistema de consumo centrado na mídia imagética, pois atualmente a grande maioria das pessoas está mais preocupada em “parecer ter” do que “ser”, fato que tem alimentado a engrenagem de lucro do mundo moderno. Visto isso, propomos uma educação que valorize a percepção da realidade por outras vias além da visão, pois desta forma será possível criar alternativas pedagógicas capazes de dialogar com a conjuntura de maneira mais ativa. Neste sentido a proposta de trabalho com a capoeira, poderá servir como estratégia para mudanças, pois esta arte traz em seus elementos constitutivos as bases metodológicas para uma relação de ensino-aprendizagem mais sensível e que valoriza todos os sentidos de maneira equilibrada.

Acreditamos que a diferença entre o ideal descrito e o real vivido, representa a materialização também dos conflitos de uma sociedade de classes, que ainda não sabe lidar com as demandas do mundo moderno. Desta forma, a ação pedagógica deste contexto, poderá se configurar como uma metáfora do diálogo das idéias sociais, fato que potencializa a manutenção ou modificação das condições vigentes pelo âmbito educacional; sendo assim, a proposta de intervir na realidade pela promoção do pensamento crítico ganha significativa proporção no trabalho com a capoeira nas instituições para pessoas com deficiência visual, pois a dialogicidade desta arte e a possibilidade de participação democrática emergente da “roda”, criam as condições necessárias para a esperança de dias melhores.

Em contrapartida a esta realidade conflituosa descrita acima, percebemos um grande empenho por parte do corpo técnico institucional no intuito de minimizar o impacto desses problemas na vida dos educandos, mesmo que este esforço, na maioria das vezes, não alterasse nada efetivamente por conta das limitações individuais de cada educador. Desta forma, nos propomos a trabalhar na presente investigação com a capoeira, na perspectiva de articulação com políticas públicas funcionais, que sejam capazes de contextualizar nossas ações em função da conjuntura daqueles indivíduos e não a partir de teorias fantasiosas e inaplicáveis efetivamente em nosso contexto de pesquisa, que foi processualmente desenvolvida até a conclusão do trabalho.

Diante dos resultados de nosso estudo, constatamos que a capoeira funciona como importante agente educacional na formação de pessoas com deficiência visual, pois em sua estrutura podemos encontrar princípios metodológicos para uma ação pedagógica alternativa e que amplia as possibilidades de exercício da cidadania, considerando a mistura de musicalidade, movimento e reflexão sobre as relações humanas, que nos propõem uma gama de alternativas para a construção de uma sociedade mais justa. Isto principalmente por considerar efetivamente a implicação e participação direta de cada sujeito envolvido na ação pedagógica.

No trabalho com a capoeira valorizamos a intervenção educacional também pelos sentidos, reconhecendo uma formação holística, que produz uma intelectualidade a partir da intervenção prática, funcional e contextualizada, reconhecendo o conceito de “práxis”, tão discutido no campo teórico e tão pouco aplicado em nossas escolas. Portanto, queremos propor um método construtor de uma teoria que seja emergente da “práxis” e suas implicações como uma cultura corporal humana, sintetizada na experimentação do “aprender – fazendo” e no diálogo de possibilidades da “Zona de Desenvolvimento proximal”.

Vale ressaltar que nossa proposta está voltada para pessoas com deficiência visual, mas aponta inúmeros benefícios para os videntes, pois chama a atenção dos educadores para os vícios e riscos de um mundo centrado na visão como sentido fundamental da vida, implicando os agentes da ação pedagógica na busca de alternativas palpáveis que possam estimular os outros sentidos na produção do conhecimento. Desta forma, muitas de nossas constatações, junto à capoeira no presente trabalho, devem ser aplicadas às outras áreas do conhecimento, pois tratamos de princípios metodológicos que podem ser perfeitamente transpostos para as aulas de matemática, português, química, geografia, dentre outras, pois talvez assim, possamos superar a dicotomia entre “corpo e mente”, tão presente em nossa educação desde os primórdios do pensamento cartesiano. Neste sentido, propomos uma pedagogia que reconheça a já experimentada e comprovada idéia do Mestre Paulo Freire, que nos ensinou - aprendendo com a lógica dos “complexos temáticos”, contextualizando os conteúdos e sua aplicabilidade no cotidiano de cada pessoa envolvida.

Queremos chamar a atenção para a opção do presente trabalho ter discutido a questão da cidadania, na maior parte do corpo teórico, por via indireta. Isto se deveu ao fato da percepção de que a cidadania também se vincula diretamente com a possibilidade de melhoria das condições educativas de cada indivíduo, por isso, o diálogo e a investigação sobre a formação da pessoa

com deficiência visual, a partir da capoeira, nos apresentaram novas perspectivas de exercício da condição de cidadão. Dessa maneira, acreditamos que este trabalho contribuiu, mediante o desdobramento de seus resultados, com muitos elementos que são fundamentais para a garantia dos direitos e deveres dos sujeitos desta pesquisa, refletidos por uma ação pedagógica mais crítica, autônoma e criativa. Assim, nossa percepção caminha no sentido do desenvolvimento da Educação como estratégia para o exercício da cidadania, visto que, a ampliação da compreensão sobre a realidade representa uma alternativa concreta de melhoria das condições sociais vigentes em nosso país.

Destacamos, também, que este estudo nos brindou com inúmeras reflexões de grande valia para nossa formação como educador, contribuindo com o desenvolvendo de muitas alternativas pedagógicas que são perfeitamente aplicáveis em atividades junto à capoeira e à própria Educação Física de forma geral, pois nos fizeram perceber o educando para além de sua suposta “deficiência”, aprimorando em nossas intervenções a capacidade de respeito às diferenças e ainda à valorização destas como princípio de construção do conhecimento pelas trocas de saberes diferentes, mediadas em Zona de Desenvolvimento Proximal.

Por fim, dizemos que nossa intenção maior não é fazer uma apologia à capoeira e seus benefícios, mas sim, propor a partir da comprovação científica séria e verdadeira, alternativas para a formação de indivíduos com problemas na visão, que valorizem uma educação mais sensível pelos sentidos, reconhecendo o ser humano em sua plenitude e complexidade.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Frederico. **O barracão do mestre Waldemar**. Salvador: Organização Zarabatana, 2003.
- ABIB, Pedro. **Capoeira Angola: cultura popular e o jogo dos saberes na roda**. Campinas:UNICAMP / CMU; Salvador:EDUFBA,2005
- ALMEIDA, Raimundo C. A. de. **Bimba: perfil do mestre**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1982.
- ALMEIDA, Paulo Nunes. **Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**; - 10 ed. – São Paulo: Loyola. 2000
- AMIRALIAN, M. L. T. M. **Compreendendo o cego: uma visão psicanalítica por meio de desenhos-estórias**. São Paulo:Casa do Psicólogo, 1997
- ANTUNES, Celso. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. 9º edição. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1998.
- ARROYO, Miguel G. “Trabalho – Educação e Teoria Pedagógica”, In FIGOTTO, G. (Org). **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de final de século**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.
- ARAUJO, E. de. **Estudo histórico sobre a policia da capital federal, 1808-1831**. Tip. Leuzinger, 1898.
- BOULCH, Le . **O desenvolvimento psicomotor: do nascimento até 6 anos**. 7ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto - Portugal: Porto Editora, 1994
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: SP, Editora Brasiliense, 1981.
- CAIADO, Katia Regina Moreno. **Aluno deficiente visual na escola - lembranças e depoimentos**. Autores Associados, 2003.
- CAPOEIRA, Nestor. **Capoeira: Fundamentos da Malícia**. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista**. Categorias e Leis da Dialética. São Paulo, SP, Editora Alfa- Omega, 1982.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas**. São Paulo: Cortez, 1998.

SOARES, Carmen Lúcia; TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; VARJAL, Elizabeth; CASTELLANI FILHO, Lino; ESCOBAR, Micheli Ortega; BRACHT, Valter. (Org). **Metodologia do ensino de educação física**. – São Paulo: Cortez, 1992.

CAMPOS, Hélio José B. Carneiro. **Capoeira na escola**. Salvador: Presscolor, 1990

DANGEVILLE, Roger. **Crítica da educação e do ensino**. Lisboa: Moraes, 1978.

DIONNE, Jean; LAVILLE, Christian. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre, RS: ARTMED, 1999.

DUARTE JUNIOR, João Francisco. **Fundamentos estéticos da educação**. 2º edição, Campinas, SP, Editora Papirus, 1988.

ENGUITA, Mariano Fernandez. **A face oculta da escola** – Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1989.

FERRETI, Celso J. João dos Reis Silva Júnior, Maria Rita N. Sales Oliveira. **Trabalho, formação e currículo: Para onde vai a Escola?** – São Paulo : Xamã, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 32º edição, São Paulo, SP, Paz e Terra: 2000.

FREITAS, Luiz Carlos de. Projeto Histórico, Ciência pedagógica e “Didática”. In **Educação e Sociedade** nº 27 – Cortez: 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de Final de Século** – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FALCAO, Jose Luiz Cirqueira. **A escolarização da capoeira**. Brasília: ASEFE – Royal Court, 1996.

FALCÃO, J. L. C. **A esportivização da capoeira: uma análise histórico - crítica**. VI Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física, 1997. Rio de Janeiro. Brasil. Universidade Gama Filho; 1997. p. 321.

\_\_\_\_\_. Unidade 2 – Capoeira. In KUNZ, E. (Org.). **Didática da educação física**. 3º ed. Injuí – RS: Unijuí, 2003. p. 55-94

\_\_\_\_\_. **O jogo da capoeira em jogo e a construção da práxis capoeirana**. 2004. 396 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação - Universidade Federal da Bahia, Salvador.

FILHO, A. A. Decânio. **Falando em capoeira**, Coleção São Salomão - S/Editora - Salvador - BA, 1996.

FRUG, C. S. **Educação motora em portadores de deficiências: formação da consciência corporal**. São Paulo: Plexus, 2001.

GOLKMAN, R. **Mobility training for junior and senior high school students**. Boston: Little, Brown, 1989.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. Tradução de João Paulo Monteiro. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1990.

LIMA, F. J., LIMA, R.A.F.,; SILVA, J. A. (2000). **A preeminência da visão**: crença, filosofia, ciência e o cego. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 2 (52), 51-61.

LÜDKE, Menga. ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. Editora Pedagógica e Universitária LTDA. 1986.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. 2ª ed. Salvador, BA: EDUFBA, 2004.

\_\_\_\_\_. **Etnopesquisa crítica e etnopesquisa-formação**. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

MENESCAL, A.A. A criança portadora de deficiência visual usando seu corpo e descobrindo o mundo. IN BRASIL. **Lazer e atividade física e desportiva para portadores de deficiência visual**. Brasil: SESI-DN. Ministério dos Esportes e turismo, 2001. 497 pág.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. São Paulo: Bontempo, 2005.

MINAYO, M. C.. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 6 ed. S. Paulo: R. Janeiro, Hucitec-Abrasco, 1999.

OLIVEIRA, J. V. Ganzarolli de. **Do essencial invisível**: arte e beleza entre os cegos. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002.

PETTA, Rosangela. **Capoeira: um jeito brasileiro de ir a luta**. Revista Super Interessante. V.10, n.05, p.46 – 57, Maio, Editora Abril, 1996.

PISTRAK. **Fundamentos da escola do trabalho**. Expressão Popular, São Paulo – SP, 2000.

REIS, Letícia Vidor de Souza. **O Mundo de Pernas para o Ar**: a Capoeira no Brasil. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

REGO, Tereza Cristina. **Vygotsky, uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.



REGO, Waldeloir. **Capoeira Angola**: um ensaio sócio-etnográfico. Salvador: Itapuã, 1968.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2 ed. 2000.

\_\_\_\_\_ **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. Editora HUCITEC – São Paulo, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SODRE, Muniz. **A verdade seduzida** – Por um Conceito de Cultura no Brasil, Rio de Janeiro, Ed. DP e A. 3ª ed, 2005.

\_\_\_\_\_ **Samba, o dono do corpo**. 2 ed, Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão**, Vozes, 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1991.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** – São Paulo: Cortez, 1998.

SOLER, Reinaldo. **Educação física inclusiva na escola**, Sprint, 2005.

SOARES, Carmem, Lúcia. *Et al.* **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

THIOLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo, Cortez, 1986.

TRINCA, W. Prefácio. em: AMIRALIAN, M.L.T.M. **Compreendendo o cego**: uma visão psicanalítica da cegueira por meio de desenhos-estória. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

TRIVINOS, Augusto. **Introdução à Pesquisa em ciências Sociais**: A Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VYGOTSKY, Liev Semionovich - **Psicologia pedagógica** - Trad. Claudia Schilling - Porto Alegre; Artmed, 2003

\_\_\_\_\_ . **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VIEIRA, Luiz Renato. **Da vadiagem a capoeira regional**: uma interpretação da modernização cultural no Brasil. 1990 Dissertação (Mestrado). Departamento de Sociologia, UnB, Brasília.

VIEIRA, L R. **O jogo de capoeira**: cultura popular no Brasil. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

\_\_\_\_\_. **A capoeira disciplinada.** Estado e cultura popular no tempo de Vargas.  
Revista História e Perspectiva. Uberlândia, n.7, p. 111-132, jul./dez. 1992.